

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
LICENCIATURA EM LETRAS

BÁRBARA MARIA DA SILVA

**SOBRE A COR NA LÍNGUA: O DISCURSO SOBRE O AZUL A PARTIR DA
SEMIOLOGIA DA LÍNGUA DE ÉMILE BENVENISTE**

PORTO ALEGRE

2023

Bárbara Maria da Silva

**SOBRE A COR NA LÍNGUA: O DISCURSO SOBRE O AZUL A PARTIR DA
SEMIOLOGIA DA LÍNGUA DE ÉMILE BENVENISTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Licenciada em Letras pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores

Porto Alegre

2023

AGRADECIMENTOS

À minha família e aos meus orixás. À minha mãe, Marta, e ao meu pai, Rogério, por me proporcionarem um ambiente acolhedor, por sempre incentivarem os meus estudos e por me apoiarem de todas as formas que estavam ao seu alcance.

Ao meu irmão, Rodrigo, por me apresentar o amor pela leitura e pela arte, por me ensinar a desenhar e por ser parte essencial de tudo que sou hoje. À minha cunhada, Nicole, por acreditar no meu trabalho e por ser uma inspiração de mulher forte, livre, que vai atrás dos seus sonhos.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a todas as instituições de ensino por onde passei. Sem o acesso à educação pública de qualidade, dificilmente eu estaria aqui hoje.

A todas as professoras e professores que passaram pela minha vida, desde a educação básica até o ensino superior. Em especial, às professoras do núcleo de francês da UFRGS, Heloísa, Paola, Patrícia, Marion, Rosa e Sandra, por me formarem uma profissional ética e competente.

À Gabriela Jacoby (CAp-UFRGS), minha primeira professora de francês. Foi graças ao seu apoio e confiança que pude começar a minha trajetória no ensino e aprendizagem de FLE. Espero um dia poder ser para outras pessoas o exemplo que tu és para mim.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores, por acreditar no potencial das minhas ideias, pela paciência e pelas horas de dedicação, leituras conjuntas e discussões profundas. Sou profundamente grata pela felicidade de termos trilhado juntos essa etapa do meu caminho acadêmico.

Às amigas que fiz graças ao curso de Letras, Alessandra, Larissa e Talita, vocês são a base de tudo e me faltam palavras para o que significam para mim. Obrigada pelas conversas, abraços, trabalhos em grupo, cafezinhos no Vale e fora dele. Vocês me deram acolhimento, energia e vontade de continuar nos momentos mais difíceis da trajetória acadêmica e são minhas inspirações profissionais.

Às amigas e aos amigos que sempre estiveram ao meu lado, Camila, Nicole, Mateus, Pedro E. e Victor, por me proporcionarem cada um à sua maneira, conforto, alegria e cuidado. A amizade de vocês é o frescor dos meus dias.

Ao meu companheiro, Pedro, pelo carinho e incentivo, pelas horas de conversas sobre as cores e a vida, por criarmos artes juntos e por sempre acreditar em mim e nas minhas ideias. Tua criatividade me nutre e me inspira.

À minha psicóloga, Carolina Engelmann, por estar sempre ao meu lado e me ajudar a ter confiança em mim e nos meus desejos. Obrigada por me ajudar a passar pelo amargor e a doçura do processo interminável de autoconhecimento.

A todas e a todos, o meu muito obrigada. Amo vocês. É graças a essa imensa rede de apoio que tenho forças para seguir os meus sonhos.

Obrigada por colorirem a minha vida.

*Par l'exercice du langage, le monde n'est pas un éternel retour,
mais une constante création*

G. DESSONS, *Émile Benveniste, l'invention du discours*

*Si l'on nous demande ce qui signifient les mots rouge, bleu,
noir, blanc, nous pouvons bien entendu montrer immédiatement
des objets qui sont de telles couleurs. Mais notre capacité à
expliquer le sens de ces mots ne va pas plus loin*

L. WITTGENSTEIN, *Remarques sur les couleur*

RESUMO

Este estudo se dedica a uma análise semiológica do sentido das cores, com um foco especial na cor azul. Para isso, adotamos como objeto de nosso estudo o discurso de Michel Pastoureau sobre a história social dessa cor, presente no livro *Bleu, histoire d'une couleur* (2002). Para iluminar as relações de sentido entre a língua e sistemas semiológicos, selecionamos os artigos de Émile Benveniste *Estruturalismo e linguística*, uma entrevista publicada pela primeira vez em 1968, e *Semiologia da língua*, um artigo de 1969. O cerne do nosso estudo reside na compreensão do modo como a língua significa o sistema de cores. Para tanto, primeiramente, apresentamos algumas das noções relacionadas à natureza e ao sentido da cor em diferentes áreas do conhecimento. Além disso, estabelecemos distinções metodológicas para o estudo da cor como um fato social e contextualizamos os trabalhos de Michel Pastoureau no âmbito da história da simbologia ocidental. Em seguida, destacamos as obras de Benveniste que delineiam a distinção entre os modos de significação semiótico e semântico, noções essenciais para a compreensão da relação de interpretância da língua. Por fim, fundamentados nas proposições da semiologia da língua de Benveniste, propomos uma abordagem reflexiva sobre a história e as transformações de sentido da cor azul no Ocidente, atentando particularmente aos modos como a língua está relacionada a essas questões. Em nossa análise, compreendemos que as relações de sentido entre a língua e o sistema das cores ocorrem em três dimensões: na dimensão do signo linguístico, na dimensão intralinguística e na dimensão metassemântica; e entendemos que a articulação dessas três dimensões é uma das possibilidades de pensar a semiologia da língua. Acreditamos que esse estudo possa contribuir para abrir novos caminhos na investigação das interações de sentido entre a língua e os sistemas semiológicos no seio de uma cultura.

Palavras-chave: Émile Benveniste; Michel Pastoureau; semiologia da língua; cor; cultura.

RÉSUMÉ

Cette étude se consacre à une analyse sémiologique du sens des couleurs, particulièrement de la couleur bleue. À cette fin, nous avons choisi comme objet de notre étude le discours de Michel Pastoureau sur l'histoire sociale de cette couleur, présent dans le livre *Bleu, histoire d'une couleur* (2002). Pour éclairer les relations de sens entre la langue et les systèmes sémiologiques, nous avons sélectionné les articles d'Émile Benveniste, *Structuralisme et linguistique*, une entrevue publiée pour la première fois en 1968, et *Sémiologie de la langue*, un article de 1969. Le cœur de notre étude réside dans la compréhension de la manière dont la langue attribue du sens au système des couleurs. Pour cela, nous présentons d'abord quelques notions liées à la nature et au sens de la couleur dans différents domaines de connaissance. De plus, nous établissons des distinctions méthodologiques pour étudier la couleur en tant que fait social et nous contextualisons les travaux de Michel Pastoureau dans le cadre de l'histoire de la symbolique occidentale. Ensuite, nous mettons en évidence les œuvres de Benveniste qui délimitent la distinction entre les modes de signification sémiotique et sémantique, notions essentielles pour comprendre la relation d'interprétance de la langue. Enfin, soutenus par les propositions de la sémiologie de la langue d'Émile Benveniste, nous proposons une approche réflexive sur l'histoire et les transformations de sens de la couleur bleue en Occident, en portant une attention particulière aux façons dont la langue est liée à ces questions. Dans notre analyse, nous comprenons que les relations de sens entre la langue et le système des couleurs se déploient en trois dimensions : la dimension du signe linguistique, la dimension intralinguistique et la dimension métasémantique ; et que l'articulation de ces trois dimensions représente l'une des possibilités de penser la sémiologie de la langue. Nous croyons que cette étude pourrait contribuer à ouvrir de nouvelles voies dans la recherche des interactions de sens entre la langue et les systèmes sémiologiques au sein d'une culture.

Mots-clés : Émile Benveniste ; Michel Pastoureau ; sémiologie de la langue ; couleur ; culture.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — As referências bibliográficas da obra *Bleu, histoire d'une couleur*

Quadro 2 — As principais obras de Benveniste sobre a distinção semiótico/semântico

Quadro 3 — As propriedades de um sistema semiológico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. SOBRE A COR, O DISCURSO E O AZUL.....	13
1.1 Os percursos da cor.....	13
<i>1.1.1 A percepção da cor e as noções da física.....</i>	<i>13</i>
1.1.2 O desenho e a cor: o valor na arte.....	16
1.2 Os discursos sobre a cor.....	18
<i>1.2.1 A cor e o léxico da cor.....</i>	<i>21</i>
1.3 A cor como fato social.....	23
1.4 Michel Pastoureau e a história das cores no Ocidente.....	24
1.5 Os discursos sobre o azul.....	26
2. SOBRE BENVENISTE, A SEMIOLOGIA DA LÍNGUA E AS RELAÇÕES ENTRE SISTEMAS DE SIGNOS.....	30
2.1 Émile Benveniste: vida e produção intelectual.....	30
<i>2.1.1 Apresentação geral das obras.....</i>	<i>32</i>
2.2 A primeira parte de Semiologia da língua.....	34
2.3 A segunda parte de Semiologia da língua.....	36
<i>2.3.1 Os tipos de relação entre sistemas semiológicos e o lugar da língua entre os sistemas de signos.....</i>	<i>38</i>
<i>2.3.2 A dupla significância da língua: as noções de semiótico e semântico.....</i>	<i>41</i>
2.4 Os sistemas não linguísticos e a questão da unidade no visual.....	44
2.5 A abertura para a relação entre língua, cor e cultura.....	48
3. O DISCURSO SOBRE O AZUL A PARTIR DA SEMIOLOGIA DA LÍNGUA.....	51
3.1. A dimensão do signo.....	52
3.2. A dimensão intralinguística.....	53
3.3 A dimensão metassemântica.....	56
3.4. A articulação das dimensões semiológicas e a semiologia da língua.....	57
3.5. Para pensar o sentido das cores: perspectivas para análises futuras.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

Durante os anos que antecederam a elaboração do presente trabalho, vivemos momentos cruciais da história do Brasil, nos quais as cores tiveram um papel de grande importância simbólica. Foram anos que contribuíram para a passagem das cores *verde* e *amarelo* à sua composição conjunta, o *verde-amarelo*. Vimos essa combinação ser usada para nomear projetos de governo — como o *Casa Verde Amarela*¹ — e representar ideais da extrema direita brasileira. Sentimos medo de ver pessoas vestidas inteiramente de *verde-amarelo*, pois sabíamos, apenas de ver essas cores juntas, o que essa combinação representava sobre o pensamento daqueles que as carregavam consigo. Vivemos também, há muitos anos, o medo da cor vermelha — tanto nos discursos dos que diziam que “a nossa bandeira nunca será vermelha”, até o ódio e a violência, especialmente no período eleitoral, para os que escolhiam usar o vermelho em suas roupas. Travamos uma guerra simbólica. Ouvimos conselhos de não ir votar de vermelho e preferir o branco, representando a neutralidade, ou o preto, carregado de luto e resistência silenciosa. Como afirma o filósofo e historiador de arte, Didi-Huberman: “[...] se há uma guerra de linguagem, há uma guerra de imagem”². E nós vivemos essa guerra.

Não se trata apenas do presente, mas também do passado, dos discursos vinculados a essas cores. Trata-se, ainda, do futuro, do que será lembrado e construído enquanto memória nessas cores. E as cores são elementos tão intrínsecos à nossa realidade que, às vezes, acostumamos os olhos a determinados padrões e torna-se difícil enxergar para além deles. Essa informação visual e linguística é tão recorrente que autores de diferentes domínios se propuseram a investigar sobre o assunto desde a Antiguidade, podendo nos fazer pensar que não há mais nada, ou muito pouco, para ser dito.

As cores podem ser abordadas enquanto objetos da física, da química, da arte, da filosofia, da linguística, além de tantas outras áreas do conhecimento humano — cada qual com seus conceitos e definições quanto ao que é a cor e quais são os seus sentidos. Contudo, dentro do campo das Letras, ainda hoje parece haver pouco espaço para o estudo de elementos que sejam de natureza linguística e também imagética, como a cor. Durante minha trajetória acadêmica, mesmo entre a multiplicidade de abordagens linguísticas possíveis, o estudo dos

¹ Desde sua criação em 2009, o programa habitacional do Governo Federal brasileiro tinha o nome de *Minha Casa, Minha Vida*, mas, em 2019, mudou para *Casa Verde e Amarela*. Em 2023, o programa retornou ao nome original. ² No original: “[...] s'il y a une guerre de langage, il y a une guerre de l'image.” (HUBERMAN, 2018). Entrevista realizada pelo filósofo Gerardo de la Fuente, em 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m4hLqgrxXdg&t=629s&ab_channel=TVUNAM. Acesso em: 25/05/23.

discursos que tocam a interpretação, a análise e a experiência estética visual pareciam ser delegados principalmente às áreas da comunicação, da publicidade e das artes.

Entretanto, em nossa pesquisa, partimos da hipótese de que os sentidos atribuídos às cores resultam de construções sociais, as quais são desenvolvidas através dos discursos sobre as cores e, não, advindas de propriedades intrínsecas à cor. Para investigar essa questão, adotamos como objeto de análise o discurso de Michel Pastoureau³ sobre a cor azul, desenvolvido no livro *Bleu, histoire d'une couleur* (2002)⁴. Nele, Pastoureau aborda desde a relação entre o historiador e a cor enquanto fato social, até a contextualização histórica das cores no Ocidente. Em *Bleu* (2002), o foco das investigações e o motivo pelo qual escolhemos a cor azul para nossa análise, é a curiosa trajetória do seu simbolismo, suas mudanças de sentido no decorrer dos séculos, alterando também seu lugar no seio das sociedades ocidentais. Para o historiador de arte: “A cor é antes de tudo um fato social”⁵ (PASTOUREAU, 2002, p. 7, tradução nossa⁶) e “É a sociedade que ‘faz’ a cor, que lhe dá a sua definição e o seu sentido, que constrói os seus códigos e valores, que organiza as suas práticas e determina as suas problemáticas.”⁷ (PASTOUREAU, 2002, p. 10–11).

E foi a partir dessas noções de Pastoureau que desenvolvemos nossa segunda hipótese: acreditamos ser possível realizar uma reflexão semiológica do discurso sobre as cores, tendo como base a semiologia da língua de Émile Benveniste. Com essas duas questões, objetivamos compreender como a língua significa o sistema das cores, em especial, como a língua significa a cor azul. Por isso, no presente trabalho, fundamentamos nossa pesquisa nas noções propostas em dois textos de Émile Benveniste, reunidos no livro *Problemas de linguística geral 2* ([1974], 2006)⁸: *Estruturalismo e linguística* (1968), entrevista concedida a Pierre Daix, e *Semiologia da língua* (1969), artigo publicado em duas partes na revista *Semiótica*.

Em linhas gerais, Benveniste elabora nesses escritos — embora não apenas — que nenhuma língua é separável de uma função cultural (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 24) e

3 Apresentaremos com maior enfoque a vida e obra do historiador de arte, Michel Pastoureau, na seção 1.4 do presente trabalho.

4 Doravante também referido apenas como *Bleu* (2002). Em toda escrita de nosso trabalho, optamos por realizar traduções nossas do livro original em francês. A versão em português, intitulada *Azul, história de uma cor* (2016), é publicada e importada para o Brasil pela editora portuguesa Orpheu Negro.

5 No original: “La couleur est d’abord un fait de société.”

6 Conforme nota 4, todas as citações feitas das obras de Michel Pastoureau, devidamente referenciadas ao final do trabalho, são propostas de tradução nossa. Todos os livros do autor foram consultados em língua francesa e as citações originais se encontram nas notas de rodapé.

7 No original: “C’est la société qui ‘fait’ la couleur, qui lui donne sa définition et son sens, qui construit ses codes et ses valeurs, qui organise ses pratiques et détermine ses enjeux.”

8 Em nossa pesquisa, optamos por utilizar a tradução em português da obra *Problèmes de linguistique générale 2* (1974), de Émile Benveniste.

determina que o problema central da semiologia é o estatuto da língua entre os outros sistemas de signos e, conseqüentemente, são as relações entre esses sistemas que constituem o objeto da semiologia (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 50). Com isso, o linguista indica a necessidade de investigar como a língua, enquanto sistema interpretante, se relaciona semiologicamente com os sistemas de signos no seio de uma cultura. Em ambos os textos de Benveniste, as cores e seus usos sociais são citados nos exemplos dessas questões. Contudo, veremos em nossa pesquisa que há ainda outras possibilidades de pensar o sistema das cores em uma cultura, com a contribuição das análises que outras áreas do conhecimento têm para contribuir à reflexão sobre a semiologia da língua. É preciso estabelecer um diálogo entre as propostas semiológicas de Benveniste e o discurso de Pastoureau sobre a história social das cores, a fim de compreendermos como a língua significa esse sistema não linguístico. Para isso, o presente trabalho está organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos alguns dos principais entendimentos do que é cor, investigando os discursos nos quais essas noções estão vinculadas. Em seguida, determinamos as perspectivas teóricas que adotaremos para, posteriormente, realizar nossa análise semiológica. Também, discutimos de forma geral o trabalho e as ideias centrais de Michel Pastoureau sobre a cor e introduzimos brevemente a obra que serve de base à nossa análise, *Bleu, Histoire d'une couleur* (2002).

No segundo capítulo, reunimos os fundamentos teóricos propostos por Émile Benveniste para o estudo semiológico das relações entre sistemas de signos. Para fazer isso, apresentamos os textos do linguista que discutem, de maneira mais explícita, a distinção entre semiótico e semântico — entendimento que será essencial para compreender o lugar da língua entre os sistemas semiológicos. Além disso, determinamos os textos que compõem nosso *corpus* textual da reflexão semiológica de Benveniste e introduzimos os preceitos necessários para a elaboração da metodologia de nossa investigação do discurso de Pastoureau sobre as cores.

No terceiro capítulo, propomos a abordagem da história das cores pela semiologia da língua. Com base nos dois primeiros capítulos de *Bleu* (2002), buscamos exemplificar o que compreendemos ser as três dimensões que são articuladas para um estudo na perspectiva da semiologia da língua.

Assim, através de um trabalho teórico-conceitual, objetivamos desenvolver uma reflexão semiológica sobre a história simbólica das cores. Procuramos compreender como a língua significa o sistema das cores em uma cultura e, por fim, quais as aberturas que essa perspectiva teórica possibilita para entender as relações semiológicas entre língua, cor e cultura.

1. SOBRE A COR, O DISCURSO E O AZUL

Para abordarmos as relações semiológicas entre cor e língua, precisamos primeiramente entender o que é a cor, quais as suas definições, características e propriedades. Desse modo, neste capítulo trazemos algumas das concepções de cor em diferentes áreas do conhecimento e, também, as principais transformações do entendimento sobre cor ao longo do tempo. Em seguida, apresentamos Michel Pastoureau e a obra *Bleu, Histoire d'une couleur* (2002), que serve de base para adentrarmos, no terceiro capítulo deste trabalho, os debates teóricos sobre os usos sociais das cores e a construção dos simbolismos atribuídos a elas. Visamos compreender como ocorre a elaboração dos sentidos da cor através da língua e nos centramos especialmente no caso da cor azul no Ocidente. Por fim, introduzimos o aspecto semiológico da discussão, que será aprofundado nos capítulos seguintes com a reflexão sobre a semiologia da língua de Émile Benveniste.

1.1 Os percursos da cor

Definir o que é cor não é uma tarefa fácil. Não há uma resposta única e rápida que possa ser dada para essa questão, pois cada ponto de vista através do qual observarmos esse objeto nos fornecerá uma acepção, um sentido e um valor particular. Por isso, é necessário investigar abordagens distintas, a fim de tentarmos encontrar o que há em comum entre elas.

1.1.1 A percepção da cor e as noções da física

No que diz respeito à sua percepção, a cor é restrita ao sentido da visão, diferentemente de outros componentes de uma composição visual, como o desenho, o volume e a textura de uma obra, que podem também ser táteis. Isso ocorre, por exemplo, no caso de uma pintura que, mediante a técnicas de alto-relevo, pode ser experienciada por uma pessoa com deficiência visual⁹. Nelas, o desenho materializa-se em três dimensões e, nesse caso, segundo os autores, o acesso às cores da obra pode ocorrer por meio de texturas representacionais: “A ideia é de que, se é possível pintar com cores, também deve ser possível ‘pintar’ com texturas. Particularmente, deve ser possível adaptar uma pintura ao se fazer uma textura diferente corresponder a cada cor

9 Para conhecer mais sobre técnicas de acessibilidade artística, recomendamos a leitura do artigo *Por uma estética tátil: sobre a adaptação das obras de artes plásticas para deficientes visuais*, de Maria Clara de Almeida, Filipe H. Carijó e Virginia Kastrop (2010).

[...]” (ALMEIDA; CARIJÓ; KASTRUP, 2010, p. 92). Entretanto, nesse caso, a cor se distancia do seu aspecto estético e opera em caráter informacional, assumindo uma função de distintividade entre as figuras da composição da obra.

Diante disso, emerge outra questão, conforme apontam os autores: “Este uso representacional das texturas não possui nada de intuitivo, não sendo claro de antemão o que as texturas ‘querem dizer’. Decorre que, sem a ajuda de algum tipo de código convencionalizado especialmente com este propósito, a fruição da obra se torna inviável.” (ALMEIDA; CARIJÓ; KASTRUP, 2010, p. 93). Assim, só poderíamos dizer que a cor é tátil, olfativa, gustativa ou auditiva através da elaboração de um discurso metafórico. Nesse caso, seria possível fazer a associação e a comparação entre as cores e outros elementos perceptíveis pelos sentidos do corpo humano. Isso nos permite formular um questionamento interessante: mas e as cores, elas “querem dizer” algo? Elas carregam um sentido intrínseco às suas propriedades materiais, ou também precisam de um código que convencie seus sentidos? Essas são algumas das indagações que tentaremos elucidar no decorrer deste capítulo.

Aliando as questões físicas e de percepção da cor, muito se questiona, por exemplo, sobre como pessoas com deficiência visual se relacionam com as cores. Alguns filósofos empiristas, como John Locke e David Hume, em suas teorias sobre a cor¹⁰, afirmavam que pessoas nascidas cegas teriam um entendimento limitado de cor e que poderiam aprendê-las apenas de forma arbitrária (HAYHOE; COHEN; CARRIZOSA, 2019). Entretanto, estudos mais recentes provam o oposto: uma pessoa com deficiência visual, parcial ou total, possui um repertório de conhecimentos sobre a cor similar ao de uma pessoa sem deficiência visual.

No artigo *Shared understanding of color among sighted and blind adults* (2021), os autores apontam, a partir de uma série de experimentos¹¹, que, em relação às cores, os seres humanos desenvolvem: “‘teorias’ intuitivas e inferencialmente ricas, independentemente da experiência visual.”¹² (KIM; AHEIMER; MANARA; BEDNY, 2021, p. 1, tradução nossa). Conforme os resultados de suas pesquisas, a aquisição de conhecimento está muito mais ligada à transmissão cultural do que a experiência sensorial direta. Além disso, os autores afirmam que: “Parte do que torna a transmissão cultural tão eficiente é a linguagem, um sistema de

10 Essas noções se encontram presentes em obras como *An Essay Concerning Human Understanding*, 1690 (1924), vol. 1, de John Locke, e *An Abstract of a Treatise of Human Nature*, 1740 (1938), de David Hume.

11 Para mais detalhes da metodologia dos experimentos, recomendamos a leitura completa do artigo.

12 No original: “People develop intuitive and inferentially rich ‘theories’ of color regardless of visual experience.”.

comunicação exclusivamente humano e notavelmente eficaz.”¹³ (KIM; AHEIMER; MANARA; BEDNY, 2021, p. 1, tradução nossa).

O estudo aponta, portanto, que a linguagem¹⁴ tem um papel fundamental na transmissão social e na elaboração individual dos saberes sobre as cores. Isso ressoa com o que objetivamos investigar nos próximos capítulos, através da proposta da semiologia da língua de Benveniste. Ainda, vale ressaltar que, conforme pontuam os autores, esses saberes adquiridos por pessoas com deficiência visual não dizem respeito apenas à associação do nome das cores aos objetos no mundo e, sim, a entendimentos mais complexos sobre as cores em uma determinada cultura (KIM; AHEIMER; MANARA; BEDNY, 2021, p. 6–7).

Assim, a partir dos resultados, os pesquisadores afirmam que pessoas com deficiência visual adquirem, através da comunicação linguística, conhecimentos sobre as cores e conseguem levantar hipóteses sobre seus usos e sentidos de forma semelhante a pessoas sem deficiência visual (KIM; AHEIMER; MANARA; BEDNY, 2021, p. 8). Quanto a isso, a investigação não está encerrada; segundo os autores (2021, p. 8), ainda há muito trabalho a ser feito para compreender como a comunicação linguística é utilizada para transmitir essas informações e construir saberes sobre as cores. E é nessa direção que visamos conduzir a nossa pesquisa, pois almejamos investigar, através da análise semiológica, como são elaborados os sentidos atribuídos às cores.

Retomando as diferentes perspectivas de abordagem da cor, observamos que, a partir do século XVIII, os debates sobre esse tema conduziram à sua aproximação com o discurso científico. Segundo Santos (2016, p. 57), na tese *O valor semiótico da cor no ensino de Português como Língua Estrangeira*, é a experiência realizada por Newton, em 1666, que marca o início do estudo científico da cor. Antes, as principais concepções sobre cor advinham dos discursos filosóficos. De acordo com Pastoureau (2002, p. 31), filósofos como Pitágoras, Epicuro, Platão e Aristóteles questionavam se a cor era uma propriedade dos objetos, emitida por eles próprios e independente do observador, ou se se tratava de um fenômeno de percepção resultante da interação do olho humano com a luz.

Assim, no experimento do prisma, Newton demonstrou que a luz branca é composta por sete cores principais — vermelho, laranja, amarelo, verde, azul, anil e violeta —, de diferentes comprimentos de onda. Segundo Luciano Guimarães, foi com a publicação da obra *Opticks*,

13 No original: “Part of what makes cultural transmission so effective is language, a uniquely human and remarkably efficient communication system.”.

14 Aqui utilizamos o termo “linguagem” por ser o mesmo adotado pelos autores do artigo citado. Contudo, no capítulo 2, desenvolvemos os entendimentos de linguagem e de língua que assumimos em nossa pesquisa.

em 1704, que Newton apresentou o resultado desses experimentos e, com isso, atualizou o conceito de cor como luz e “defendeu a tese da definição das cores permanentes dos corpos naturais por meio da absorção e reflexão dos raios luminosos, ou seja, o contrário da cor como propriedade dos corpos.” (GUIMARÃES, 2004, p. 9)¹⁵.

Esse novo entendimento sobre o espectro exclui do seu conceito de cores o preto e o branco — as duas principais cores da simbologia ocidental, juntamente com o vermelho (PASTOUREAU, 2002, p. 18) —, que passam a ser, respectivamente, a ausência de luz visível e o resultado da soma de todas as frequências de onda. O entendimento de cor, nesse caso, opera como a classificação da percepção de uma frequência ou o comprimento de onda da luz visível.

1.1.2 O desenho e a cor: o valor na arte

Dando continuidade ao levantamento das concepções sobre a cor, no âmbito das artes e da história da arte, os primeiros registros de debates acerca desse tema se centram especialmente nas discussões sobre qual é a unidade¹⁶ de uma obra de arte, qual a função das cores e qual o seu valor em comparação ao desenho. A respeito disso, numerosos debates, tratados e querelas foram levantados ao longo dos séculos, e, entre os principais estudos de referência sobre esse tema, estão as obras de Jacqueline Lichtenstein¹⁷. No seu livro *A cor eloquente* (1994), a autora parte das primeiras noções elaboradas por Platão e Aristóteles sobre a natureza das imagens e das cores e seus princípios e funções, para focalizar, em seguida, as discussões referentes à arte no século XVII, na França. Lichtenstein (1994) aponta que uma das disputas mais notórias no campo da arte foi entre as escolas de Florença e de Roma, no século XVI, durante o período do Renascimento, chamada *Il disegno e il colore*¹⁸, que posteriormente se estendeu para a França, no século XVII, na *Querelle du coloris*, entre os “poussinistas”, defensores do desenho e

15 Para o aprofundamento nas questões físicas e biológicas de percepção das frequências de onda pelo aparelho óptico humano, recomendamos a leitura do livro *A cor como informação* (2004). Nele, Luciano Guimarães faz um amplo levantamento teórico sobre a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores na perspectiva teórica da Semiótica da Cultura.

16 A questão da unidade será importante para nossa discussão no capítulo 2 e retornaremos a ela ao abordarmos o artigo *Semiologia da língua* (1969).

17 Jacqueline Lichtenstein (1947–2019) foi uma filósofa e historiadora de arte. Nascida na França, atuou como professora de Estética e Filosofia da Arte na Universidade de Paris IV — Sorbonne. Seus trabalhos possuem grande notoriedade na área e se centram na relação entre Filosofia da História e da Teoria da Arte, produzindo uma reflexão, em especial, sobre a natureza e o funcionamento dos discursos sobre a arte.

18 As disputas entre desenho e cor nos séculos XVI na Itália e XVII na França são o centro da obra *A cor eloquente* (1994), de Jacqueline Lichtenstein. Nela, a autora explora com detalhes as origens filosóficas destas querelas e traz a dimensão do impacto teórico e cultural do conflito, que não se detém unicamente ao campo artístico.

admiradores de Poussin¹⁹, e os “rubenistas”, partidários da cor e seguidores de Rubens²⁰, dois grandes pintores do período barroco.

Nestas disputas entre desenho e cor, encontramos registros de que muitas vezes a cor era considerada um elemento de menor valor. Jacqueline Lichtenstein (1994) apresenta que, por ser associada a características femininas (portanto, ligadas aos sentidos, e não ao espírito) e compor uma parte significativa do trabalho dos artesãos, dos tintureiros e dos coloristas da época, o colorido na arte também era tido como inferior ao desenho; e o desenho, por sua vez, era tratado como uma técnica masculina, que eleva o espírito humano.

É interessante observarmos, nesse caso, que a disputa sobre o estatuto das profissões implica também no valor social atribuído às cores de maneira geral. Conforme Lichtenstein indica no artigo *O desenho e a cor*, presente no livro *A pintura, textos essenciais* (LICHTENSTEIN, 2008, p. 10–11), o conflito entre artistas e artesãos perdurou por séculos, especialmente na França e Itália. De um lado, os artistas buscavam espaço entre a aristocracia e a crescente burguesia, a fim de se diferenciarem dos artesãos. Esses, por outro lado, eram frequentemente associados às classes mais populares, com poucos recursos e com pouco prestígio social, de modo que suas técnicas também eram consideradas de qualidade intelectualmente inferior.

Trazemos os exemplos dessas disputas artísticas para elucidar duas questões: a primeira relativa à metodologia que será adotada em nossa análise, e a segunda quanto ao problema da unidade na discussão sobre o imagético. No que diz respeito à metodologia necessária para propormos uma análise semiológica da cor, cabe atentarmos a outra ponderação importante feita por Lichtenstein (2008): a separação entre o desenho e a cor “é antes de tudo uma oposição teórica cuja pertinência é certamente maior para compreender e analisar o *discurso sobre a pintura* do que as próprias obras dos pintores.” (LICHTENSTEIN, 2008, p. 10, grifo nosso). Assim, em nosso trabalho, adotaremos essa separação teórica entre o discurso sobre a arte e as obras de arte em si. Isso, pois não visamos realizar uma análise do sentido da cor em obras de artes específicas, interessamo-nos apenas pelos discursos que advêm dessas obras e de outras manifestações do colorido no seio de uma cultura. E, para investigarmos o discurso sobre a cor, necessitamos compreender os alcances e limites das cores enquanto elementos simbólicos particulares.

19 Nicolas Poussin (1594–1665) foi um pintor francês, conhecido por suas obras mitológicas e históricas e pelo uso de técnicas que valorizavam a representação das figuras humanas de forma realista.

20 Paul Rubens (1577–1640) foi um pintor flamengo e um dos artistas mais importantes do século XVII. Suas pinturas são conhecidas por sua grandeza dramática e pela habilidade em retratar os elementos simbólicos dotados de um colorido vivo.

Do mesmo modo, além de artistas, físicos, filósofos e historiadores de arte, também linguistas e semioticistas se perguntaram sobre a relação entre a cor, as imagens, as palavras e a língua²¹. Dentre eles, os trabalhos de Umberto Eco, como a obra *Semiótica e filosofia da linguagem* (1984), e os de Roland Barthes, tais como *Elementos da Semiologia* (1964) e *Óbvio e Obtuso* (1982), contribuíram significativamente para essa discussão no campo da linguística. Na filosofia, mais especificamente na filosofia da linguagem, podemos citar as considerações feitas por Ludwig Wittgenstein ao longo do seu *Tratado lógico-filosófico*, publicado pela primeira vez em 1922, e em seu último trabalho, *Anotações sobre as cores* (1977). Émile Benveniste, por sua vez, também se interrogou sobre essas questões, e suas discussões sobre o assunto serão o tema central do nosso próximo capítulo.

As noções teóricas levantadas nessa seção parecem evidenciar que não há uma unicidade no que diz respeito aos entendimentos sobre a cor, suas definições, seus valores e seus usos. Sabemos que nosso levantamento bibliográfico é breve em comparação a toda a profundidade do tema. Contudo, nosso objetivo não é o de esgotar essas questões, mas o de demonstrar como a diversidade de teorias que encontramos sobre a cor parece indicar a necessidade de estudos que considerem também esse aspecto multifacetado que ela possui enquanto objeto de pesquisa.

Independentemente da perspectiva teórica adotada, observamos que falar sobre a cor e definir seus sentidos implica, necessariamente, em investigar os discursos elaborados sobre ela

— seja o discurso científico da física, baseado em experimentos de laboratório, seja o discurso puramente teórico e filosófico da história da arte e da filosofia. Por essa razão, nosso enfoque na próxima seção está na relação entre a cor e os discursos veiculados a ela.

1.2 Os discursos sobre a cor

Para adentrarmos a relação entre cor e discurso, partimos de uma hipótese interessante levantada por Jacqueline Lichtenstein no prefácio do livro *A cor eloquente* (1994): “Se a história da arte ocidental é inseparável de uma história das teorias da arte, será que não é também porque a *invenção das formas plásticas está indissoluvelmente ligada à constituição de um discurso sobre as formas?*” (LICHTENSTEIN, 1994, p.13, grifo nosso). Essa questão é relevante, pois as formas de expressão imagéticas, tal como a cor e o desenho, conforme observamos na seção

21 Devido a nossa pesquisa ser centrada principalmente na semiologia da língua de Benveniste, nos limitaremos a indicar a leitura das obras citadas aos que se interessarem em conhecer de forma mais aprofundada as teorias propostas por esses autores.

anterior, parecem estar sempre vinculadas a um discurso, e este pode se apresentar tanto como uma teoria filosófica quanto o estudo físico sobre o comprimento de onda da luz, ou químico, sobre os pigmentos utilizados em uma pintura, por exemplo. Acreditamos que isso ocorre porque, conforme nos aprofundaremos no nosso segundo capítulo, para estabelecer a sua significação, a cor e o discurso sobre a cor operam em uma relação semiológica, tendo a língua como seu sistema interpretante.

Tendo em vista a natureza diversa da cor, percebemos também que há uma certa dificuldade para nomear e indicar quais seriam as cores e, do mesmo modo, explicar o que significam as palavras “azul”, “vermelho”, “amarelo”, etc. Com os desenvolvimentos tecnológicos das últimas décadas, temos contato cotidianamente com aparelhos que se dizem capazes de reproduzir milhões de cores diferentes. Nesse sentido, Michel Pastoureau nos aponta um questionamento pertinente: “O que podem ser milhões de cores? O olho não pode distingui-las, nem a língua nomeá-las.”²² (PASTOUREAU, 2017, s.p.). Para compreendermos semiologicamente um objeto como a cor, parece necessário estabelecermos um limite entre as cores em si e as suas nuances, a fim de que seja possível nomeá-las, ou seja, inseri-las no sistema de signos da língua. Sem isso, não seria possível elaborarmos os seus sentidos, pois não haveria distintividade entre as cores e, conforme constataremos na argumentação de Émile Benveniste em *Semiologia da língua* (1969), é preciso da diferença para que elas tenham um valor particular atribuído.

Assim, semelhante à distinção feita anteriormente entre o discurso sobre pintura e a pintura em si, para analisar o discurso sobre a cor também necessitamos evitar confusões de vocabulário e compreender a diferença entre as cores e as suas nuances. Segundo Pastoureau, uma nuance é uma coloração “mais ou menos estável, originada da declinação de uma cor de base.”²³ (PASTOUREAU, 2017, s.p.). O historiador da arte também afirma que, na simbologia ocidental, temos seis cores de base e cinco cores de segundo plano:

Mas, queiramos ou não, nas sociedades ocidentais existem apenas onze cores: seis do primeiro plano — branco, vermelho, preto, verde, amarelo, azul — e cinco do segundo plano — rosa, laranja, violeta, cinza e marrom. Depois disso, não há mais nada, apenas nuances e nuances de nuances, as quais não possuem história ou simbolismo próprio e variam constantemente de acordo com a iluminação, técnica, suporte, o olhar do espectador e a hora do dia. Elas não são cores, ou seja, *categorias mentais que existem sem precisar serem*

22 No original: “Que peuvent bien être des millions de couleurs ? L’oeil ne peut pas les distinguer ni la langue les nommer.”

23 No original: “une nuance n’est pas une couleur, mais une simple coloration, plus ou moins stable, issue de la déclinaison d’une couleur de base.”

*materializadas; são apenas variações coloridas.*²⁴ (PASTOUREAU, 2017, s.p., grifo nosso).

Aqui, temos uma das principais definições de cor que adotaremos em nosso trabalho: as cores são, antes de tudo, categorias mentais que podem ser evocadas sem necessidade de serem materializadas em algum suporte físico. E, conforme observaremos no nosso terceiro capítulo, a noção de “categorias mentais” está interligada com a ideia de uma construção histórica e social de um simbolismo, enquanto as nuances acabam sendo associadas às cores de base e não carregam um sentido autônomo em comparação às outras.

Portanto, consoante ao que observamos na seção 1.1, o sentido da cor envolve o fenômeno da percepção, mas não se resume a ele. Por esse motivo, as concepções que temos sobre as cores podem mudar em função do tempo e da cultura em questão, mas ao evocarmos a noção de “azul”, por exemplo, mobilizamos diversos discursos referentes às categorias mentais que contribuem para o entendimento dos sentidos da palavra “azul”.

Quanto às cores do segundo plano, em 2019²⁵ e em 2022²⁶, Pastoureau realizou conferências, respectivamente, sobre a simbologia das cores cinza e rosa. Em sua fala, o historiador explica que esse grupo de cores é muito mais recente em comparação aos de base. Isso faz com que a sua construção simbólica e usos culturais não sejam tão significativos²⁷. Segundo o historiador de arte, até mesmo seus nomes não são plenamente autônomos: alguns são advindos de elementos da natureza, como ocorre nos casos das cores laranja, rosa e violeta, por exemplo.

Referente aos aspectos linguístico e lexical, no artigo *Une histoire des couleurs est-elle possible?* (1990), Michel Pastoureau já indica a relevância de se abordarem questões relacionadas à língua e ao nome da cor:

O que dá o sentido ou a problemática a uma cor deve também ser procurado em seu nome. Às vezes, é o nome que justifica tal ou tal uso, significado ou evocação. [...] O pesquisador não pode deixar de considerá-lo. Em uma imagem, em um objeto, em qualquer superfície, uma cor pode estar presente

24 No original: “Or, qu’on le veuille ou non, dans les sociétés occidentales il n’y a que onze couleurs ; six du premier rang : blanc, rouge, noir, vert, jaune, bleu ; et cinq du second rang : rose, orange, violet, gris et brun. Ensuite, il n’y a plus rien, seulement des nuances et des nuances de nuances, lesquelles n’ont ni histoire ni symbolique propres, et varie constamment selon l’éclairage, la technique, le support, l’œil du spectateur et l’heure de la journée. Ce ne sont pas des couleurs, c’est-à-dire des catégories mentales qui existent sans avoir besoin d’être matérialisées; ce sont seulement des variations colorées.”

25 Conferência *Gris, couleur de l’ombre*, de Michel Pastoureau, realizada em 17 de outubro de 2019, na *Fondation de l’Hermitage*. Disponível em: Acessado em: 12/06/23.

26 Conferência *Rose, histoire et symbolique d’une couleur*, de Michel Pastoureau, realizada em 13 de outubro de 2022, na *Fondation de l’Hermitage*. Disponível em: Acessado em: 12/06/23.

27 Michel Pastoureau se propõe a refletir e analisar seus crescentes usos simbólicos e elaborá-los em obras como *Dictionnaire des couleurs de notre temps* (1992), *Les couleurs de nos souvenirs* (2010) e *Une couleur ne vient jamais seule* (2017).

simplesmente por causa de seu nome. *Para o pintor, assim como para o historiador, o linguista ou o antropólogo, o nome da cor também é a cor.*²⁸ (PASTOUREAU, 1990, p. 376, grifo nosso).

Desse modo, observamos que para investigar o sentido ou as relações de uma cor, seja no campo da história, da pintura, da linguística ou da antropologia, é necessário atentar aos nomes atribuídos às cores, visto que é a partir do uso na língua em funcionamento no discurso que podemos acessar as suas significações. Em seus trabalhos, Pastoureau fala muito sobre o aspecto linguístico das cores, mas por conta de sua formação e de seus objetivos nas formulações de uma história das cores, ele se detém a analisar questões referentes principalmente ao léxico. Entretanto, nos parece que o cerne de suas ideias não se limita a isso. Aqui, percebemos a necessidade de uma análise mais aprofundada, pois, se o significado das cores está intimamente ligado aos seus nomes, quer dizer que é preciso analisar não somente a inserção desses elementos na língua, mas também as relações de sentido que os signos linguísticos operam nos discursos sobre cor.

1.2.1 A cor e o léxico da cor

Quando nos questionamos sobre o sentido das palavras, muitas vezes recorremos aos dicionários para encontrar algumas definições. Contudo, para as cores, veremos que parece haver uma certa dificuldade em explicar seus sentidos. Se buscarmos pela definição de “azul” no dicionário Houaiss de língua portuguesa, por exemplo, teremos sentidos atribuídos através da analogia — “a cor do céu sem nuvens, de dia”²⁹ — ou de definições que misturam elementos da física e das teorias de cores modernas, como:

no espectro solar, cor que ocupa a área entre o verde e o violeta; como cor-luz, cor primária, cujo comprimento de onda é da ordem de 455 a 492 nanômetros (Suas complementares: como cor-luz, o amarelo; como cor-pigmento, o laranja. Com o vermelho produz o violeta; com o amarelo, o verde; com o verde, o ciano.). (HOUAISS, 2023)³⁰.

No caso do dicionário francês Larousse, se procuramos pela forma equivalente, *bleu*, veremos que as definições não diferem muito: “Que é de uma cor análoga a de um céu sem nuvem”, “Raio luminoso situado entre o violeta e o verde no espectro solar, de um comprimento

28 No original: “Ce qui fait le sens ou l'enjeu d'une couleur est aussi à chercher dans son nom. C'est parfois le nom qui justifie tel ou tel emploi, telle ou telle signification ou évocation. [...] Le chercheur ne peut pas ne pas en tenir compte. Dans une image, sur un objet, sur n'importe quelle surface, une couleur peut simplement être présente à cause de son nom. Pour le peintre comme pour l'historien, le linguiste ou l'anthropologue, le nom de la couleur c'est aussi de la couleur.”.

29 Dicionário online Houaiss de língua portuguesa. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#1. Acesso em: 12/04/23.

30Ibidem nota 29.

de onda médio de 470 nm” e “Matéria colorante utilizada para pintar ou tingir em azul”³¹. No caso da cor, parece que os dicionários não estão definindo as palavras *azul* e *bleu*, eles definem os objetos e as coisas classificadas com essa cor, sendo pouco elucidativos sobre os sentidos, de fato, de azul, por exemplo.

Na entrevista *Estruturalismo e linguística* (1968), Benveniste afirma: “Não há duas línguas que organizem as cores da mesma maneira. Seriam os olhos diferentes? Não, é a língua que é diferente. Consequentemente certas cores não têm ‘sentido’, outras, ao contrário, tem muitos, e assim por diante.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 21). Nesse aspecto, entendemos que a ideia de Benveniste quanto à “organização” das cores na língua não se limita às suas entradas no léxico de uma língua específica. Não se trata de nomear a cor como *azul* ou *bleu*; a noção de organização diz respeito também às relações de sentido que se estabelecem no sistema de signos da língua. Retornaremos a essas questões semiológicas no nosso segundo capítulo.

Nesse sentido, para pensar também a relação entre a cor e o léxico da cor, podemos citar um último exemplo que nos parece profundamente elucidativo. No livro *Une couleur ne vient jamais seule* [Uma cor nunca vem sozinha] (2017), Pastoureau conta sobre o dia em que viu uma lixeira de cor verde que continha a etiqueta “LIXEIRA AMARELA”³². Sobre essa observação de uso do adjetivo *amarela*, o autor comenta:

A diferença entre a cor real e a cor nomeada é aqui espetacular e encantadora. Por que uma tal diferença tão grosseira e tão abertamente exibida? Provavelmente porque os termos de cor são apenas rótulos, cuja função principal não é de descrever, mas de classificar. Pelo menos nos usos que a sociedade faz das cores. [...] *o que lhe confere essa identidade não é a cor de seu material*, um plástico duro e espesso, mas *a palavra escrita na placa que ele carrega*: a lixeira é verde, mas deve ser considerada amarela. *A palavra sempre prevalece sobre a coloração.*³³ (PASTOUREAU, 2017, s.p., grifo nosso).

Ou seja, com o uso das palavras “lixeira amarela” sobre um objeto de cor verde, o observador dessa cena pode ser levado a entender que *amarela* não está sendo empregada com uma função descritiva das propriedades visíveis do objeto e que, nesse contexto, *amarela*

31 No original: “Qui est d'une couleur analogue à celle d'un ciel sans nuage”, “Rayonnement lumineux situé entre le violet et le vert dans le spectre solaire, d'une longueur d'onde moyenne de 470 nm” e “Matière colorante dont on se sert pour peindre ou teindre en bleu”. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/bleu/9836>. Acessado em: 12/04/2023.

32 No original: “BAC JAUNE”.

33 No original: “L'écart entre la couleur réelle et la couleur nommée est ici spectaculaire et réjouissant. Pourquoi un tel écart, si grossièrement et si candidement affiché ? Probablement parce que les termes de couleur ne sont que des étiquettes, qui ont pour fonction première non pas de décrire mais de classer. Du moins dans les usages que la société fait des couleurs. [...] ce qui lui donne cette identité ce n'est pas la couleur de son matériau, un plastique dur et épais, mais le mot inscrit sur l'écriteau qu'il porte : le bac est vert mais il doit être considéré comme jaune. Le mot l'emporte toujours sur la coloration.”.

carrega outra informação semântica. Esta, por sua vez, associada a um contexto sociocultural específico, pode determinar outro valor à cor.

Por fim, nesta seção, concluímos que antes de ser matéria, pigmento ou percepção, a cor é um conceito abstrato, e que seus sentidos estão relacionados, através da língua, a contextos culturais específicos. Na sequência, daremos continuidade a essa discussão, passando da noção de cor no seu aspecto material para a elaboração da cor enquanto conceito, a cor como fato social.

1.3 A cor como fato social

Quando nos referimos à cor como fato social, fazemos menção à definição trazida por Michel Pastoureau, em *Bleu, histoire d'une couleur* (2002):

Toda história das cores só pode ser uma história social. Para o historiador, de fato — assim como para o sociólogo ou o antropólogo — a cor se define primeiramente como um fato de sociedade. *É a sociedade que 'faz' a cor*, que lhe dá sua definição e seu sentido, que constrói seus códigos e seus valores, que organiza suas práticas e determina suas questões centrais.³⁴ (PASTOUREAU, 2002, p. 10–11, grifo nosso).

Se antes já havíamos comentado sobre a função do nome da cor para as definições de sentido, agora acrescentamos a isso também a dimensão social. No que tange à construção do sentido da cor, vemos que o nome, ou seja, a inserção da palavra na língua, é atribuído a partir dos usos e das práticas sociais. E, de forma mais profunda ainda, que todos esses códigos simbólicos e valores são construídos, como defendido por Benveniste em *Semiologia da língua* (1969), na e pela língua, pois todos os sentidos das cores são elaborados através dos discursos sobre a cor.

Essa é uma questão de grande importância para a nossa discussão, uma vez que entender a cor como fato social nos permite, em primeiro lugar, entender que seu valor depende do recorte específico de determinado contexto histórico. Desse modo, o sentido que atribuímos às cores são sempre particulares, e não se resumem a propriedades intrínsecas à sua natureza nem a uma percepção humana inata.

Em segundo lugar, fazer uma separação metodológica entre *a cor enquanto fato social* — no seio de um ou vários sistemas de signos — e o que podemos chamar de *a cor enquanto matéria* — aplicada em uma pintura, uma vestimenta, um pigmento químico, um comprimento

34 No original: “toute histoire des couleurs ne peut être qu’une histoire sociale. Pour l’historien, en effet — comme du reste pour le sociologue ou pour l’anthropologue — la couleur se définit d’abord comme un fait de société. C’est la société qui ‘fait’ la couleur, qui lui donne sa définition et son sens, qui construit ses codes et ses valeurs, qui organise ses pratiques et détermine ses enjeux.”.

de onda — nos permite reconhecer com maior nitidez a necessidade de realizar não apenas análises específicas aos domínios em questão como também um estudo que leve em consideração a correlação entre os discursos dessas áreas. Isso está relacionado com um terceiro ponto importante, que apresentaremos a seguir.

Em terceiro lugar, é em virtude dessa distinção que observamos a abertura para uma análise semiológica conforme as noções propostas por Émile Benveniste, especialmente no artigo *Semiologia da Língua* (1969). Buscamos, em nossa pesquisa, elaborar como ocorre a relação de sentido entre o sistema de signos da língua e os sistemas sociais, pois, assim como afirma Benveniste ([1974] 2006, p. 22): “Tudo que é domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistemas de valores. Da articulação entre os valores. Muito bem! Esses valores são os que se imprimem na língua.”. Assim, com essas noções sobre a cor, podemos investigar a relação de sentido que se expressa em dois níveis: um ligado às cores enquanto signos linguísticos e outro quanto aos discursos sobre as cores. Isso, contudo, será tratado com mais detalhes no terceiro capítulo deste trabalho.

Em síntese, ao adotarmos a noção de cor como fato social, compreendemos que, para realizar uma análise sobre o sentido da cor, precisamos investigar como ocorre, através da língua, a construção do sentido no seio de uma determinada cultura. Para isso, não podemos nos deter a apenas um documento, um domínio e uma perspectiva, é preciso colocar em relação diferentes discursos. O que compreendemos hoje sobre a cor em uma determinada cultura está integrado, como apresenta Benveniste, a “toda espessura de outras culturas” (2006, p. 23). E é aqui que ressaltamos a relevância de Michel Pastoureau e suas pesquisas sobre a história das cores e a simbologia ocidental.

1.4 Michel Pastoureau e a história das cores no Ocidente

Michel Pastoureau, nascido em Paris em 1947, é historiador, professor e pesquisador especialista em história medieval. Autor de mais de 60 obras, dedica-se principalmente ao estudo da história das imagens, símbolos e cores no Ocidente. Entre seus trabalhos, destacam-se seis consagrados exclusivamente à história das cores: *Bleu* (2002), *Noir* (2008), *Vert* (2013), *Rouge* (2016), *Jaune* (2019) e *Blanc* (2022)³⁵. Seus livros abordam também a história cultural

35 Aqui optamos por citar os nomes das obras no seu original em francês, pois ainda não contamos com a tradução de todos os livros para o português.

dos animais — como o urso, o porco e o corvo — e da heráldica³⁶, dos brasões, das artes e dos bestiários da Idade Média. Além disso, Pastoureau é arquivista-paleógrafo, e atuou como conservador da Biblioteca Nacional da França entre 1972 e 1983. Também foi diretor de estudos de história da simbologia ocidental na École Pratique des Hautes Études (EPHE) durante 37 anos e, em 2010, recebeu o Prêmio Médicis pelo livro *Les couleurs de nos souvenirs* (2010). Algumas de suas obras já possuem edições em português, mas ainda hoje não temos acesso à tradução de uma parte significativa de seu trabalho.

Instigado sobre as questões sociais das cores, suas aplicações e suas definições ao longo do tempo, das sociedades e dos territórios em questão, o historiador francês realiza uma pesquisa ampla e, ao mesmo tempo, aprofundada. Em vista disso, um ponto decisivo para a escolha dessa obra foi quanto à própria excelência do trabalho de pesquisa desenvolvido por Michel Pastoureau. Além dos anos de estudo e da experiência em docência, pesquisa e escrita, os livros de Pastoureau são escritos a partir da investigação atenta e criteriosa de documentos históricos de diversas naturezas. A exemplo disso, vale observarmos a parte da bibliografia da obra *Bleu, histoire d'une couleur* (2002). Nosso objetivo não é listar à exaustão as referências do historiador e, sim, evidenciar a profundidade do trabalho necessário para a escrita de uma história das cores. As referências se dividem em nove seções, como podemos observar o Quadro 1:

Quadro 1 – As referências bibliográficas da obra *Bleu, histoire d'une couleur*

1	História das cores	
	1.1	Generalidades
	1.2	Antiguidade e Idade Média
	1.3	Tempos modernos e contemporâneos
2	A cor azul	
3	Problemas filológicos e terminológicos	
4	História das tinturas e dos tintureiros	
5	História dos pigmentos	
6	História das vestimentas	

36 A Heráldica é uma disciplina que lida com o estudo, design e regulamentação dos brasões de armas, escudos e emblemas distintivos. Ela se desenvolveu como um sistema de identificação visual e simbólico, entre indivíduos, famílias, organizações e instituições, uma vez que os brasões de armas consistem em elementos visuais (como cores, padrões, símbolos, animais, plantas e outros emblemas) organizados de forma específica e regidos por regras e convenções rígidas.

7	História dos emblemas e das bandeiras
8	Filosofia e história das ciências
9	História e teorias da arte

Elaborado pela autora com base em Pastoureau (2002)

O autor destaca que optou por obras que estabelecessem uma relação entre a cor azul e os fatos sociais, pois seu objetivo era de se dedicar à “história social da cor azul, e não a sua história pictural.”³⁷ (PASTOUREAU, 2002, p. 174). Ainda, na introdução de alguns de seus livros, Pastoureau (2017, s.p.) destaca o local a partir do qual ele fala, a fim de reforçar o fato que as suas pesquisas não são verdades absolutas, mas se tratam apenas de saberes entre tantos outros. E o mesmo pode ser dito sobre o nosso trabalho e as referências que adotamos.

Entendemos que o termo “ocidental” ainda é muito amplo para a multiplicidade de culturas, perspectivas e compreensões de mundo que existem no Ocidente — e que mesmo a noção do que é *Oriente e Ocidente*, também não é evidente e muito menos unânime. Contudo, precisamos estabelecer a delimitação da nossa investigação a partir de algum ponto. Aqui, as referências utilizadas são majoritariamente em língua francesa, o que não significa que o alcance de nossa análise se restrinja unicamente ao contexto europeu.

Acreditamos que a reflexão que propomos entre a semiologia da língua, de Benveniste, e a história da cor azul, por Michel Pastoureau, é apenas uma entre várias possibilidades de portas de entrada entre as tantas que ainda precisam ser investigadas. No contexto brasileiro, Luciano Guimarães faz um trabalho excepcional em seu livro *A cor como informação* (2004) a partir da perspectiva teórica da Semiótica da Cultura, de Ivan Bystrina. Assim, esperamos que as análises aqui propostas possam também servir de referência para a elaboração de trabalhos futuros, centrados no contexto das cores no Brasil e na América Latina. Isso posto, passemos para a abordagem das cores feita por Pastoureau.

1.5 Os discursos sobre o azul

Mas afinal, uma história das cores é possível? Michel Pastoureau discorre sobre essa questão em seus livros sobre as cores: de maneira breve e direta na introdução de *Bleu* (2002), intitulada *A cor e o historiador*³⁸, e de forma mais detalhada em dois artigos específicos, *Une histoire des couleurs est-elle possible ?* e *Vers une histoire des couleurs : possibilités et limites*,

³⁷No original: “l’histoire sociale de la couleur bleue, et non pas à son histoire picturale.”

³⁸No original: *La couleur et l’historien*.

publicados com um intervalo de 21 anos, sendo o primeiro de 1990 e o segundo de 2011. Para isso, ele reflete inicialmente sobre o estatuto da cor, suas áreas e distinções teóricas e, em seguida, aborda os desafios desse tipo de estudo em três categorias básicas: dificuldades documentais, dificuldades metodológicas e dificuldades epistemológicas. Quanto ao lugar das cores, discorreremos anteriormente sobre as suas abordagens através do discurso. Pensar as cores é pensar o presente, mas um presente que se construiu de forma lenta e gradual, através dos usos e dos discursos elaborados sobre eles. Vejamos, portanto, quais são as dificuldades comentadas por Pastoureau e o prolongamento que podemos fazer para a nossa proposta de análise.

As dificuldades documentais dizem respeito à multiplicidade de suportes através dos quais as cores podem ser analisadas e às diferentes formas nos quais eles foram conservados. No artigo de 2011 *Vers une histoire des couleurs : possibilités et limites*, Michel Pastoureau aponta que o historiador deve lembrar-se que ele observa os objetos e as cores conforme foram transmitidos pelos séculos passados, e não em seu estado original. Segundo o autor, o tempo é uma variável essencial para ser considerada, pois: “O trabalho do tempo faz parte integrante da pesquisa histórica, arqueológica e artística. Por que negá-lo, apagá-lo, destruí-lo? A realidade histórica não é apenas o que ela foi em seu estado inicial, mas também (e principalmente?) o que o tempo fez dela.”³⁹ (PASTOUREAU, 2011, p.73). Por isso, Pastoureau levanta questões sobre o que pode interferir na percepção do pesquisador, como as condições de iluminação e diferenças entre as luzes de velas, de lâmpadas a óleo e de lâmpadas elétricas; o tipo e qualidade da matéria-prima utilizada e, desde o século XVI, o hábito, e até preferência, dos pesquisadores pela documentação em preto e branco.

Michel Pastoureau assinala que, de início, as reproduções em preto e branco eram a única forma disponível para estudar os testemunhos do passado. Entretanto, por conta do hábito e de fatores externos, como o preço elevado dos livros com fotografias coloridas de qualidade, parece-lhe que até mesmo: “os modos de pensamento e de sensibilidade dos historiadores e historiadores da arte também se tornaram, eles também, um pouco ‘preto e branco’”⁴⁰ (PASTOUREAU, 2011, p.74). O que nos leva ao segundo grupo de dificuldades: as metodológicas.

39 No original: “Le travail du temps fait partie intégrante de la recherche historique, archéologique et artistique. Pourquoi le nier, l’effacer, le détruire ? La réalité historique n’est pas seulement ce qu’elle a été dans son état premier, c’est aussi (et surtout ?) ce que le temps en a fait.”

40 No original: “les modes de pensée et de sensibilité des historiens et des historiens de l’art sont eux aussi quelque peu devenus ‘en noir et blanc’.”

As dificuldades metodológicas são também da ordem dos documentos utilizados. Trata-se de uma série de questões referentes aos problemas materiais, técnicos, químicos, iconográficos, artísticos e simbólicos, que se confrontam todos ao mesmo tempo. Cabe ao pesquisador, primeiramente, definir os documentos estudados, pois será a partir deles que se poderá perguntar como conduzir o estudo, escolher as questões que serão levantadas e estabelecer a ordem na qual elas serão feitas. Ainda, Pastoureau argumenta que os documentos, sejam escritos ou figurados, não são nunca neutros nem unívocos, e que “Cada documento possui sua especificidade e oferece uma interpretação própria do real. [...] Textos e imagens, principalmente, não possuem absolutamente o mesmo discurso e devem ser interrogados e explorados com métodos diferentes.”⁴¹ (PASTOUREAU, 2011, p.76). A partir disso, Michel Pastoureau indica que, para se estudarem as cores, a “boa metodologia” deveria, na primeira análise, centrar-se na dimensão interna da obra — nos aspectos de ordem material, rítmica ou sintática, que dizem respeito à frequência e à raridade, às distribuições e às relações espaciais — para, apenas em seguida, estudar os códigos extra-picturais, a fim de fornecer outras análises. Segundo ele:

Todas as explicações que justificam a presença de determinadas cores por fidelidade a um texto, uma tradição iconográfica, um significado social ou ideológico, uma alusão emblemática ou simbólica devem ser buscadas por último, uma vez concluída a *análise estrutural interna das cores dentro do objeto ou imagem estudada*.⁴² (PASTOUREAU, 2011, p. 76, grifo nosso).

Em relação a isso, reforçamos também a importância de uma análise do aspecto composicional da obra. Pastoureau (2011, p. 77) argumenta que “Uma cor, aqui como em qualquer outro lugar, nunca vem sozinha; ela só adquire sentido, só funciona plenamente quando está associada ou oposta a uma, ou várias outras cores.”⁴³. Como apresentado anteriormente, as cores não se restringem a servir como metáforas do real. Portanto, seria ingênuo acreditar, por exemplo, que a única razão pela qual vemos uma porta vermelha em uma pintura ou que um texto descreve como azul o manto do rei, era porque essas representações assim o eram na realidade. Todo documento histórico, todo discurso vinculado a um signo, é

41 No original: “Chaque document possède sa spécificité et donne du réel une interprétation qui lui est propre. [...] Textes et images, surtout, n’ont absolument pas le même discours et doivent être interrogés et exploités avec des méthodes différentes.”

42 No original: “Toutes les explications justifiant la présence de telles ou telles couleurs par fidélité à un texte, une tradition iconographique, une signification sociale ou idéologique, une allusion emblématique ou symbolique ne doivent être sollicitées qu’en dernier, une fois achevée l’analyse structurale interne des couleurs à l’intérieur de l’objet ou de l’image étudiée.”

43 No original: “Une couleur, ici comme ailleurs, ne vient jamais seule ; elle ne prend son sens, elle ne fonctionne pleinement que pour autant qu’elle est associée ou opposée à une ou plusieurs autres couleurs.”

“estritamente cultural e plenamente ideológico”⁴⁴ (PASTOUREAU, 2011, p. 77). O que está diretamente relacionado ao terceiro grupo de dificuldades.

As dificuldades epistemológicas, enfim, estão particularmente ligadas ao risco de anacronismo. Acepções modernas sobre cores quentes ou frias, a divisão entre cores primárias, secundárias e complementares e as leis de percepção e utilização de cores, por exemplo, não podem ser aplicadas como verdades universais sobre as cores em qualquer época ou cultura. Essas concepções são construções de discursos recentes e dizem respeito às noções atuais de ciência; por isso, nas palavras de Michel Pastoureau (2011, p. 78), essas concepções são apenas etapas na história em movimento dos saberes. Ele acrescenta inclusive que “A noção de prova científica também é profundamente cultural; ela tem sua história, suas razões, suas questões ideológicas e sociais.”⁴⁵ (PASTOUREAU, 2011, p. 79).

Por fim, o que Michel Pastoureau se propõe a buscar é uma história social das cores. Segundo ele, as cores não podem ser estudadas fora de um contexto cultural, nem fora do tempo e espaço, pois “Os problemas da cor são, em primeiro lugar e sempre, problemas sociais, porque o homem não vive sozinho, mas em sociedade.”⁴⁶ (PASTOUREAU, 2011, p. 80).

Em vista disso, a escolha da cor azul para o presente trabalho foi justamente em razão da sua história excepcional de transformação de sentido no Ocidente, conforme veremos no terceiro capítulo de nosso trabalho. Entendemos, assim, que o que consideramos como esses sentidos possíveis atribuídos ao azul advém do que Benveniste chama de “espessura de outras culturas” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 23). Agora, para dar continuidade à discussão, nos centraremos na reflexão semiológica de Émile Benveniste.

44No original: “strictement culturel et pleinement idéologique.”

45 No original: “La notion de preuve scientifique est elle aussi étroitement culturelle ; elle a son histoire, ses raisons, ses enjeux idéologiques et sociaux.”

46 No original: “Les problèmes de la couleur sont d’abord et toujours des problèmes sociaux, parce que l’homme ne vit pas seul mais en société.”

2. SOBRE BENVENISTE, A SEMIOLOGIA DA LÍNGUA E AS RELAÇÕES ENTRE SISTEMAS DE SIGNOS

Dada a vasta produção intelectual de Émile Benveniste, se impõe a necessidade de fazermos um recorte para abordá-la. A reflexão que nos interessa é a semiológica, em função da possibilidade de abertura para o estudo das relações entre sistemas de signos. Visamos entender como a língua significa outros sistemas semiológicos, mais especificamente, como a língua significa as cores e como elas têm o seu valor estabelecido no seio de uma cultura. Acreditamos que a partir da reflexão semiológica de Benveniste podemos compreender qual a relação entre cor e cultura, tendo a língua como sistema interpretante que sustenta essa relação.

Por isso, nosso recorte temático está em torno das formulações de Émile Benveniste sobre a dupla significância da língua pelos modos semiótico e semântico. Notamos cinco textos nos quais essas noções são mais explicitamente abordadas: *Os níveis da análise linguística* (1962/1964); *Forma e sentido na linguagem* (1966/1967); *Estruturalismo e linguística* (1968); *Semiologia da língua* (1969) e *Últimas aulas no Collège de France* (1968/1969). Para nosso corpus textual, adotaremos apenas dois, *Estruturalismo e linguística* (1968) e *Semiologia da língua* (1969). Veremos, em seguida, o que motiva as nossas escolhas.

Para isso, neste capítulo, iniciaremos fazendo um breve percurso sobre a vida e obra de Émile Benveniste e contextualizando em linhas gerais a reflexão semiológica de Benveniste, apresentando as razões que norteiam a escolha de nosso corpus textual. No segundo momento, abordamos o artigo *Semiologia da língua* (1969), introduzindo a perspectiva sobre a relação semiológica entre sistemas de signos e as noções de semiótico e semântico. Em seguida, discutimos as prospecções feitas pelo linguista ao final do artigo de 1969, sobre as possibilidades de ultrapassagem da “noção saussuriana do *signo como princípio único*, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 67, grifo nosso). Por fim, abordamos a entrevista *Estruturalismo e linguística* (1968), tendo como objetivos a discussão sobre os sistemas de signos não linguísticos e a abertura para o estudo da relação entre língua, cor e cultura, na perspectiva da semiologia da língua de Émile Benveniste.

2.1 Émile Benveniste: vida e produção intelectual

Nascido em 1902, na Síria, Erza Benveniste mudou-se para Paris em 1913 e, após onze anos, naturalizou-se francês, em 1924, adotando o nome de Émile. Sua trajetória acadêmica

inicia na *École Pratique des Hautes Études* em Paris, onde obtém o Diploma de Estudos superiores, em 1920, e, entre 1927 e 1969, atua como diretor de estudos na cadeira de Gramática comparada, sucedendo Antoine Meillet. Entre o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, Benveniste também viveu em meio a conflitos políticos e sociais, sendo enviado ao Marrocos para prestar serviço militar entre 1926 e 1927 e, durante o período da *Ocupação* na França, por ser judeu, teve seus trabalhos acadêmicos destruídos, foi afastado do ensino público e também perdeu seu irmão. Mesmo com todos esses acontecimentos, Benveniste retorna a Paris em 1945. Em 1968, preside o primeiro Simpósio Internacional de Semiótica, em Varsóvia, e, em 1969, torna-se o primeiro presidente da *Association Internationale de Sémiotique*. Em 3 de outubro de 1976, Benveniste morre em decorrência de complicações do acidente vascular cerebral, sofrido em 6 de dezembro de 1969, que o deixou afásico e paralizado.

Com uma extensa lista de publicações, são ao todo 18 obras, 291 artigos, 300 resenhas e 34 comunicações na *Société Linguistique* de Paris, segundo a lista bibliográfica feita por Mohammad Djafar Moïnfar em *Mélanges Linguistiques offerts à Émile Benveniste*⁴⁷, de 1975, além de uma série de manuscritos ainda não publicados. O linguista Valdir do Nascimento Flores, em *Introdução à teoria enunciativa de Émile Benveniste* (2013), aponta que Benveniste foi um linguista que dialogava profundamente com seu tempo, e sua produção contempla “temas que vão desde o estudo de aspectos da linguística geral, fenômenos diacrônicos, sintáticos, lexicais, culturais, até temas que testemunham uma verdadeira interação com áreas conexas ao estudo da linguagem.” (FLORES, 2013, p. 22). E é por esse último ponto que nos interessamos, pois, conforme veremos, a reflexão de Benveniste possibilita uma abertura para investigar a relação entre língua e cultura.

Para isso, primeiramente, é necessário observarmos as obras que abordam, de maneira mais explícita, as noções de semiótico e semântico. Como comentado, Benveniste formula questões relacionadas à semiologia da língua, entre outras temáticas, em cinco textos de naturezas distintas, conforme o Quadro 2 a seguir:

47In. Flores (2013).

Quadro 2 – As principais obras de Benveniste sobre a distinção semiótico/semântico

Ano de realização	Título	Natureza da obra
(1962/1964)	<i>Os níveis da análise linguística</i>	Conferência apresentada no 9º Congresso internacional de Linguística, realizada em Cambridge. Publicada em <i>Problemas de linguística geral I</i> (1966)
(1966/1967)	<i>Forma e sentido na linguagem</i>	Conferência apresentada na <i>Société de Philosophie de langue française</i> , no XIII Congresso, em Genebra. Publicada em <i>Problemas de linguística geral II</i> (1974)
(1968)	<i>Estruturalismo e linguística</i>	Entrevista de Pierre Daix com Émile Benveniste, publicada na revista <i>Les lettres françaises</i> , nº 1242 (24–30 de julho de 1968). Publicada em <i>Problemas de linguística geral II</i> (1974)
(1969)	<i>Semiologia da língua</i>	Artigo publicado em duas partes na revista <i>Semiotica</i> , I, 1 (pp. 1–12) e 2 (pp. 127–135). Publicada em <i>Problemas de linguística geral II</i> (1974)
(1968/1969)	<i>Últimas aulas no Collège de France (1968/1969)</i>	Livro publicado em 2012, que reúne documentos referentes ao ano letivo de 1968–1969, contendo notas de Benveniste sobre as aulas e anotações de alunos e ouvintes sobre os conteúdos ministrados.

Elaborado pela autora (2023)

Segundo Flores (2013, p. 21), estudar a obra de Benveniste: “implica fazer recortes e, antes de tudo, constituir um *corpus* textual de referência a partir do qual uma pesquisa pode ser desenvolvida.”. Isso, pois Benveniste não trata a semiologia da língua e as noções de semiótico e semântico sempre do mesmo ponto de vista. Flores (2013, p. 26–27) aponta que a ênfase da reflexão depende de seus interlocutores, dos objetivos de descrição e análise das línguas que realiza e das relações que estabelece com outras áreas. Precisamos, portanto, definir por que apenas *Semiologia da língua* (1969) e *Estruturalismo e linguística* (1968) compõem nosso corpus textual.

2.1.1 Apresentação geral das obras

É interessante observamos, conforme apresentado por Flores (2013, p. 127), que os textos relacionados à distinção semiótico e semântico foram concebidos na década de 1960, diferentemente de outros momentos da reflexão linguística de Benveniste, que não se restringem a um período específico de tempo. E, ainda que a reflexão sobre os modos semiótico e semântico esteja de algum modo presente nas cinco obras supracitadas, em *Os níveis da*

análise linguística (1962/1964) e *Forma e sentido na linguagem* (1966/1967), a perspectiva é linguística, enquanto em *Estruturalismo e linguística* (1968), *Semiologia da língua* (1969) e *Últimas aulas no Collège de France* (1968/1969), ela é semiológica. Veremos o que isso implica.

O primeiro desses textos, *Os níveis da análise linguística* (1962/1964), segundo Flores (2013, p. 127), serve de base do raciocínio em torno dos modos *semiótico* e *semântico*. Trata-se de um texto complexo onde, entre outras abordagens possíveis, é feita uma reflexão sobre a análise linguística, se interrogando sobre os alcances e limites de uma análise estrutural e privilegiando a abordagem das operações das palavras no enunciado para a expressão de um sentido em uma situação enunciativa. Benveniste, nesse caso, se interessa principalmente pelo funcionamento interno da língua.

Em *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967), a situação é semelhante. Os interlocutores da conferência são filósofos, e a proposta temática é a questão apresentada no título: a forma e o sentido na linguagem. Benveniste (2006, p. 220–221) afirma que sua abordagem é feita enquanto linguista e não como filósofo. Contudo, ele também aponta que isso não significa que trará o ponto de vista *dos linguistas*, pois não há unanimidade sobre o entendimento dessa relação e, inclusive: “constata-se entre muitos deles uma aversão a tais problemas e uma tendência a deixá-los de fora da linguística.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 220–221). No decorrer da conferência, se evidencia que o ponto de vista adotado na discussão é linguístico, e as noções de *signo linguístico* e *domínio semiótico* são o ponto central de sua argumentação, a partir do qual, de acordo com Flores (2013, p. 139–140), ele desenvolve uma distinção entre semiótico e semântico. Portanto, semiótico e semântico estão a serviço de uma discussão sobre o sistema de signos da língua.

Estruturalismo e linguística (1968), entrevista de Pierre Daix com Émile Benveniste, foi publicada como primeiro capítulo do livro *Problemas de linguística geral II* ([1974], 2006), na seção intitulada *Transformações da linguística*, e o artigo *Semiologia da língua* (1969) é o terceiro da mesma obra, abrindo a segunda seção, *A comunicação*. Ambos os textos versam sobre a distinção entre semiótico e semântico em uma perspectiva semiológica. No primeiro, Benveniste faz uso dessas noções para conduzir a discussões relativas à cultura e ao “simbólico da língua como poder de significação.” (BENVENISTE, 2006, p. 25). E, no segundo, o interesse do linguista é: “verificar o que há na língua que a singulariza frente a todos os demais sistemas semiológicos.” (FLORES, 2013, p.61). Nesses dois casos, a reflexão não é restrita ao funcionamento interno da língua, mas estende o debate para a relação entre sistemas semiológicos. Assim, mesmo que o texto de 1968 tenha um estatuto diferente do de 1969 —

em função de ser uma entrevista e, portanto, voltada a um público mais amplo do que o do artigo — podemos entender que *Estruturalismo e linguística* (1968) apresenta um contexto no qual *Semiologia da língua* (1969) se insere enquanto possibilidade de abertura da linguística para campos também mais amplos, como a filosofia, a sociologia e as artes. O que compreende inclusive caminhos para a elaboração de teorias da cultura.

Por fim, nas *Últimas aulas no Collège de France* (1968/1969), a distinção entre semiótico e semântico também é elaborada em um ponto de vista semiológico, mas nesse caso uma parte significativa da reflexão Benveniste é voltada para pensar relação entre língua e escrita. De acordo com Flores (2013, p. 188):

Benveniste dedica-se a estudar o ato de escrever, a aprendizagem da escrita e os tipos constituídos ao longo da história menos para buscar a origem da escrita e mais para entender como o homem, em cada cultura, simbolizou a escrita como uma face da língua.

Em vista disso, como nos interessa pensar semiologicamente como a língua significa o sistema das cores, ficamos apenas com *Semiologia da língua* (1969), para depreender os caminhos para a metodologia e as ferramentas que utilizaremos em nossa análise no capítulo a seguir; e com *Estruturalismo e linguística* (1968), para compreender o lugar da reflexão semiológica no seio de uma cultura.

2.2 A primeira parte de *Semiologia da língua*

Antes de examinarmos as elaborações de Benveniste no artigo *Semiologia da língua*, gostaríamos de atentar que esse é um artigo prospectivo. Veremos que, ao final, o linguista propõe a existência de uma *semiologia de segunda geração*, e indica que ela será concebida “pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 67), mas ele não elabora além dessas questões, apenas lança o seu princípio.

E esse, justamente, é um dos desafios e potencialidades do artigo. Ao mesmo tempo que é delicado examinar os termos pelos quais Benveniste constrói a possibilidade de pensar uma semiologia da língua, é também necessário dar continuidade às investigações propostas pelo autor. Veremos que a semiologia da língua abre caminhos para outra forma de estudo do sentido e das relações entre sistemas de signos. Segundo Rosário (2018, p. 13), muitos outros linguistas já se interessaram pelo seu estudo: “Esse artigo teve seu final programático bastante discutido, tendo sido, inclusive, desenvolvido por muitos teóricos, dentre os quais, por exemplo, Julia

Kristeva com sua semanálise, Henri Meschonnic com sua poética e Jean-Michel Adam com sua análise textual dos discursos.”.

Isso posto, o artigo *Semiologia da língua* é organizado em duas partes, reunidas em um mesmo texto na publicação de *Problemas de linguística geral II* ([1974] 2006), mas foram publicadas originalmente separadas: a primeira na abertura e a outra no encerramento da revista *Semiotica*, em 1969. Já na primeira página do artigo, Benveniste elabora o questionamento que irá perpassar todo o texto a seguir: “[...] qual o lugar da língua entre os sistemas de signos?” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 43) e, para investigá-lo, ele discute sobre a semiótica, de Peirce, e a semiologia, de Saussure.

Segundo Flores (2013, p. 147): “Toda argumentação de Benveniste com relação a Peirce caminha em direção à recusa da teoria do filósofo [...]”. Para Benveniste, as formulações de Peirce sobre a tripartição dos signos entre índice, ícone e símbolo constituiriam um aparelho complexo de repartição do real em categorias, mas não possuiriam uma clara utilidade operacional para ajudar “[...] o linguista a construir a semiologia da língua como sistema.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 44–45). Benveniste (2006, [1974] p. 44) afirma: “No que concerne à língua, Peirce não formula nada de preciso nem específico. Para ele a língua está em toda parte e em nenhum lugar.”. Nesse caso, a crítica versa sobre o aspecto excessivamente geral do signo, sendo colocado, de acordo com Benveniste (2006, p. 45), “[...] na base do universo inteiro [...] O homem inteiro é um signo, seu pensamento é um signo.”. Aqui, observamos então que o linguista elabora um problema lógico e, em seguida, propõe uma solução:

Para que a noção de signo não se anule nessa multiplicação ao infinito, é necessário que em alguma parte o universo admita uma DIFERENÇA entre signo e significado. É necessário então que todo signo seja tomado e compreendido em um SISTEMA de signos. Esta é a condição da sua SIGNIFICÂNCIA. (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 45, grifos do autor).

E é nesse momento que Benveniste começa a tecer sua argumentação a partir de Saussure, visto que: “em Saussure a reflexão procede da língua e toma a língua como objeto exclusivo.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 45). O entendimento de singularidade da língua entre os objetos da ciência possibilita pensar princípios de unidade da linguagem e, assim, “[...] classificar os fatos de linguagem entre os fatos humanos.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 47). Segundo Flores (2013, p. 149): “Esses dois princípios — de unidade e de classificação — são a porta de entrada para a definição saussuriana de semiologia.”.

Para Saussure: “A língua é um *sistema de signos que exprimem ideias* e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos [...] Ela é apenas o

principal desses sistemas.” (SAUSSURE, apud BENVENISTE, [1974] 2006, p. 48, grifo nosso). O que implicaria a existência de uma ciência responsável pelo estudo dos signos no seio da vida social e as leis que os regem. Desse modo, Benveniste comenta que Saussure concebe os princípios dessa nova ciência — a semiologia — ao estabelecer a língua como um sistema de signos onde sua unidade e princípio de funcionamento está no caráter semiótico da união entre o *sentido* e a *imagem acústica*, que compõem as duas partes do signo linguístico.

Entretanto, Benveniste faz também uma observação crucial para a continuidade da sua elaboração: sob qual aspecto a língua é o mais importante dos sistemas de signos? Conforme comenta: “O pensamento de Saussure, muito afirmativo sobre a relação da língua com os sistemas de signos, é menos claro sobre a relação da linguística com a semiologia.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 49). Além disso, ele aponta que Saussure indica a escrita, os ritos simbólicos e os costumes, por exemplo, como signos, mas não estabelece critérios delimitativos claros da diferença entre os sistemas. Nesse sentido, Benveniste questiona se os sistemas outros citados por Saussure podem ser considerados sistemas autônomos, uma vez que: “Eles não se sustentam sobre uma relação semiológica senão por *intermédio de um discurso* [...] Estes signos, para nascerem e se estabelecerem como sistema, *supõe a língua, que os produz e interpreta.*” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 51, grifo nosso).

Assim, ele começa então a elaborar a sua própria noção de semiologia e define que: “não menos que os sistemas de signos, as RELAÇÕES entre estes sistemas constituirão o objeto da semiologia.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 51, grifo do autor). Nesse ponto, Benveniste também estabelece que seu objetivo para a segunda parte do artigo é: “abordar enfim o problema central da semiologia, o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 51), começando pelos sistemas não linguísticos. Em resumo, a reflexão semiológica de Benveniste possui uma questão norteadora e visa consolidar as bases dessa nova ciência dos signos, partindo da noção saussuriana de semiologia para estabelecer, pelo menos, dois objetos — os *sistemas* de signos e as *relações* entre esses sistemas — e um problema central — o *estatuto* da língua entre os sistemas de signos.

2.3 A segunda parte de *Semiologia da língua*

A segunda parte do artigo abre com uma definição de Benveniste sobre o papel do signo sendo: “o de representar, o de tomar o lugar de outra coisa evocando-a a título de substituto.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 51). Constatação que o leva a refletir sobre a presença e a importância do papel das redes de signos na vida humana. Segundo o linguista, isso pareceria

se originar de uma necessidade de organização mental, de modo que não se poderia “suprimir apenas um [signo] sem colocar em perigo o equilíbrio da sociedade e do indivíduo.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 52). Assim, com a noção de uma rede de signos, Benveniste tenta determinar os princípios de configuração dos signos e delimitar os conjuntos a partir de duas noções que o linguista percebe como o “caráter comum a todos os sistemas e o critério de sua ligação à semiologia”: a primeira delas, a *significância*, ou sua propriedade de significar, e, a segunda, sua composição em *unidades de significância*, os signos. (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 52).

Com isso, Benveniste ([1974] 2006, p. 52–53) define que um sistema semiológico se caracteriza por quatro propriedades que podem ser divididas em dois grupos, conforme o Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - As propriedades de um sistema semiológico

a) os caracteres <i>externos</i> , que formam as condições empíricas do sistema e podem admitir certas variações	i) o <i>modo operatório</i>	relacionado à maneira como o sistema age e ao sentido (visão, tato, etc.) ao qual ele se dirige
	ii) <i>domínio de validade</i>	onde o sistema se impõe e deve ser reconhecido ou obedecido
b) os caracteres <i>internos</i> , relativos aos signos, que formam as condições semióticas do sistema e que não admitem variações, pois implicariam em mudanças no sistema semiológico em si	i) a <i>natureza</i> e o <i>número dos signos</i>	estão em função das condições anteriores
	ii) o <i>tipo de funcionamento</i>	é a relação que une os signos e lhes confere uma função distintiva

Elaborado pela autora com base em Benveniste ([1974] 2006, p. 52–53)

O exemplo citado por Benveniste para elucidar essas propriedades é o caso de um semáforo de trânsito, em que: o modo operatório é visual, o domínio de validade é o trânsito, os signos são constituídos pela oposição cromática entre verde e vermelho (às vezes com amarelo, respectivo a uma faixa de transição) e o funcionamento é em alternância. Aqui, portanto, vemos que o linguista admite o semáforo como um sistema semiológico onde as cores são os signos que o compõem.

Essa organização, por consequência, o permite depreender dois princípios das relações entre sistemas semióticos: i) o *princípio da não redundância* entre sistemas — nas palavras de Benveniste: “Não há ‘sinonímia’ entre sistemas semióticos; não se pode ‘dizer a mesma coisa’ pela fala e pela música, que são dois sistemas de base diferente.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 53) — e ii) *não há signo transsistêmico* — “Dois sistemas podem ter um mesmo signo em comum sem que daí resulte sinonímia ou redundância, quer dizer que a *identidade substancial*

de um signo não conta, mas somente sua diferença funcional.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 54, grifo nosso). Assim como as propriedades de um sistema semiológico, esses dois princípios elaborados por Benveniste são de grande importância para nossa análise no terceiro capítulo do trabalho. Eles permitem compreender o lugar das cores entre os sistemas de signos e a relação semiológica que elas estabelecem nos sistemas que integram, inclusive no sistema da língua. Retornaremos a essas propriedades e princípios na seção 2.4, ao discutirmos os exemplos de sistemas não linguísticos ligados à arte.

Flores (2013) indica que desses dois princípios, por sua vez, decorrem também duas exigências metodológicas: “(a) as relações entre sistemas semióticos são de natureza semiótica, isto é, elas são determinadas por um meio cultural; (b) deve-se sempre ver se um sistema pode se autointerpretar ou se deve receber interpretação de outro sistema.” (FLORES, 2013, p. 151). Desse modo, para Benveniste, a relação semiológica entre sistemas acontece entre um *sistema interpretante* e um *sistema interpretado*. Nesse ponto, o linguista começa a indicar a resposta ao questionamento feito a partir de Saussure, sobre a importância da língua entre os sistemas de signos, pois: “[...] os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso. *A língua será então o interpretante da sociedade.*” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 55, grifo nosso).

Na nota 21, Benveniste afirma que “Este ponto será desenvolvido adiante” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 55), contudo, veremos que ele acaba não elaborando *como* acontece essa interpretação, mas introduz essa classificação hierárquica dos sistemas semiológicos e propõe três tipos de relações que decorrem dela. O que podemos antecipar sobre a conclusão de Benveniste ao final do artigo é que: “a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 62) e, segundo Flores (2013, p. 152), essa é a grande tese de Benveniste. Para melhor compreendermos essas questões, passemos para a seção seguinte.

2.3.1 *Os tipos de relação entre sistemas semiológicos e o lugar da língua entre os sistemas de signos*

Neste momento do artigo, observamos uma maior centralidade dos sistemas não linguísticos, por ser de uma reflexão sobre as artes — primeiro sobre a música e, em seguida, sobre as artes plásticas — que advém a compreensão de Benveniste sobre os três tipos de relações semiológicas entre sistemas. O linguista inicia propondo uma indagação, que vimos também estar presente em outros domínios relacionados às artes: a questão da unidade.

Benveniste ([1974] 2006, p. 57) questiona: “[...] há alguma coisa em comum na base de todas as artes, se não a noção vaga de ‘plástico’? [...] Mas qual pode ser a unidade da pintura e do desenho? É a figura, o traço, a cor?” e, acrescenta, “Assim formulada, terá a questão ainda um sentido?” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 57).

Referente à segunda pergunta, acreditamos que podemos respondê-la retomando o comentário de Lichtenstein (2008, p.10, cf. seção 1.1): a questão da unidade na arte terá sentido enquanto uma divisão metodológica para o estudo da teoria artística, mais do que para a análise das obras de arte em si. Em nosso trabalho, não visamos discutir as obras de arte em si⁴⁸, portanto, adotamos um ponto de vista metodológico que inclui o entendimento de cor como uma das unidades das obras de arte. Quanto às primeiras perguntas, conforme observamos no capítulo anterior, não há uma resposta unânime. Cabe ao artista, ao estudioso de arte e ao observador determinar o que se entende por unidade na pintura e se essa indagação é relevante para a perspectiva adotada; aqui, os diferentes pontos de vista possibilitam também diferentes objetos.

Assim, após levantar os questionamentos quanto à unidade dos sistemas artísticos, o linguista define que: “[...] a noção de UNIDADE está no centro da problemática que nos ocupa [...] todo sistema significante deve então designar as unidades que coloca em jogo para produzir o ‘sentido’ e especificar a natureza do ‘sentido’ produzido” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 58, grifos do autor). A partir disso, no que tange os sistemas não linguísticos, o linguista propõe duas outras questões que despertam profundo interesse para nossa investigação: “1º Pode-se reduzir a unidades todos os sistemas semióticos? 2º Estas unidades, nos sistemas onde elas existem, são SIGNOS?” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 58, grifos do autor). E, na sequência, aponta a distintividade entre signo e unidade: “O signo é necessariamente uma unidade, uma unidade pode não ser um signo. [...] a língua é feita de unidades, e estas unidades são signos. E quanto aos outros sistemas semiológicos?” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 58). Quanto a esse segundo aspecto, Benveniste pouco elabora de particular, mas essa pergunta permanece conosco durante o desenvolvimento de nosso trabalho. Além disso, acreditamos que a perspectiva de Benveniste sobre as cores e as artes, apesar de correta em alguns aspectos, também pode ser questionada em outros pontos. Adentramos nessas questões, em especial, na seção 2.4.

48 Aos interessados sobre esse tema, recomendamos o artigo *Pour une sémantique de l’art* (1997), de Gérard Dessons, onde o linguista discorre sobre a noção de semântica de Benveniste relacionada à pintura.

Retomando as relações entre sistemas, Benveniste afirma que: “As relações significantes da ‘linguagem’ artística são descobertas NO INTERIOR de uma composição” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 60, grifos do autor), o que o leva a distinguir entre os sistemas nos quais a significância é particular — ela depreende das relações que se organizam internamente — e os sistemas nos quais a significância é inerente aos próprios signos — seus elementos isolados expressam significância independentemente das relações que podem ser elaboradas. Assim, para o linguista, diferentemente da significância da arte, a significância da língua funda: “a possibilidade de toda troca e de toda comunicação, e também de toda cultura.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 60), pois: “nenhuma semiologia do som, da cor, da imagem será formulada em sons, em cores, em imagens.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 61). Isso conduz Benveniste a uma conclusão importante para o que é desenvolvido na sequência: “Toda semiologia de um sistema não linguístico deve tomar emprestada a intermediação da língua, não pode então existir senão pela e na semiologia da língua”⁴⁹ (BENVENISTE, [1974], p. 60, in. ROSÁRIO, 2018, p. 92)

Desse modo, Benveniste define três tipos de relações entre sistemas semióticos: i) *relações de engendramento* — quando há dois sistemas distintos, mas de mesma natureza, onde o segundo sistema é construído a partir do primeiro, como ocorre entre o alfabeto braile, que advém do alfabeto latino; ii) *relações de homologia* — quando se estabelece uma correlação entre partes de dois sistemas, a homologia instaurada serve de princípio unificador entre dois domínios, como entre a escrita e o gesto ritual na China; iii) *relações de interpretância*, quando um sistema pode interpretar o outro. Referente a esse terceiro ponto, vale ressaltar que a noção de *interpretar* proposta por Benveniste, segundo Rosário (2018):

Significa dizer que *é a língua que significa esses sistemas através do discurso*. E que apenas a língua tem essa capacidade, devido a sua propriedade de interpretar a si mesma e de interpretar os demais sistemas semiológicos. *Interpretar significa, por conseguinte, dar sentido pela língua.*” (ROSÁRIO, 2018, p. 90, grifo nosso).

Do ponto de vista da língua, a *relação de interpretância* para Benveniste é “[...] aquela que divide os sistemas em *sistemas que articulam*, porque manifestam sua própria semiótica, e sistemas que *são articulados*, e cuja semiótica não aparece senão através da matriz de um outro modo de expressão.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 61, grifo nosso). Por consequência: “A

⁴⁹ Aqui, utilizamos a tradução proposta por Heloisa Rosário (2018, p. 92). No original: “Toute sémiologie d’un système non-linguistique doit emprunter le truchement de la langue, ne peut donc exister que par et dans la sémiologie de la langue.” (BENVENISTE, 1969/1974, p. 60). Na tradução brasileira: “Toda semiologia de um sistema não linguístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua.” (BENVENISTE, 1969/1989, p. 61).

língua nos fornece o único modelo de sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 63). O linguista explica, portanto, quatro características da língua que a configuram como a organização semiótica por excelência: “1º ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar de; 2º ela consiste formalmente em unidades distintas, sendo que cada uma é um signo; 3º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade; 4º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 63).

Ao aprofundar a discussão referente às propriedades da língua, vemos então que, além de dar continuidade ao questionamento proposto por Saussure, Benveniste começa a construir os princípios para a sua semiologia da língua: “A língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo SEMIÓTICO, por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 64, grifos do autor). Essa dupla significância da língua é o que faz dela o sistema interpretante dos sistemas sociais. Vemos na seção seguinte ao que dizem respeito e como se articulam esses modos.

2.3.2 A dupla significância da língua: as noções de semiótico e semântico

A distinção feita por Benveniste diz respeito a questões de unidade e domínio do sentido na língua, pois se tratam de dois universos conceituais distintos. O linguista explica: “O semiótico designa o modo de significação que é próprio do SIGNO linguístico e que o constitui como unidade. Pode-se, para efeito de análise, considerar separadamente as duas faces do signo, mas, sob a relação de significância, ele é uma unidade, e se conserva como unidade.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 64–65). Nesse sentido, é possível observarmos que Benveniste mantém-se fiel à tradição saussuriana, considerando-o em suas duas faces e, em seguida, indicando a relação de valor que se estabelece nos sistemas de signos. Contudo, o linguista também realiza suas próprias proposições de prolongamento do pensamento de Saussure. Benveniste afirma que: “Tomado nele mesmo, o signo é puramente idêntico a si mesmo, pura alteridade em relação a qualquer outro, base significante da língua, material necessário da enunciação.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 65), e acrescenta que: “Existe quando reconhecido como significante pelo conjunto dos membros da comunidade linguística, e evoca para cada um, a grosso modo, as mesmas associações e as mesmas oposições.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 65).

Quanto ao modo semântico, é o modo de significância engendrado pelo discurso, que está relacionado à língua enquanto produtora de mensagens. Segundo Benveniste: “A ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 66) e, por consequência: “a mensagem não se reduz a uma sucessão de unidades que devem ser identificadas separadamente; não é uma adição de signos que produz o sentido.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 65). Para o linguista, na concepção semântica é o sentido que se realiza e divide em signos particulares, as palavras, sempre relacionadas a um conjunto de referentes; enquanto o semiótico: “é, por princípio, separado e independente de toda referência.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 65–66).

Em comparação, os modos semiótico e semântico também se diferenciam em relação aos respectivos critérios de validade: “O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 66). A partir disso, Benveniste elabora que a língua é o único sistema com essa dupla articulação de significância, e que os outros sistemas são unidimensionais. Os exemplos de Benveniste classificam os gestos de cortesia como sistemas unicamente semióticos, sem semântica, e as expressões artísticas como sistemas unicamente semânticos, sem semiótica.

A língua comporta, portanto, simultaneamente a significância dos signos e da enunciação. Para o autor: “Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 66). E conclui: “É nessa faculdade metalinguística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 66). A partir desse ponto, Benveniste elabora, por fim, algumas das principais propostas referentes à semiologia da língua.

Os parágrafos finais de *Semiologia da língua* são, provavelmente, os mais densos do artigo. Vemos que, para seguir com suas ideias, Benveniste retorna mais uma vez a Saussure:

Quando Saussure definiu a língua como um sistema de signos, estabeleceu o fundamento da semiologia linguística. Mas vemos agora que se o signo corresponde às unidades significantes da língua, não se pode erigi-lo em *princípio único da língua em seu funcionamento discursivo.*” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 66, grifo nosso).

Assim, Benveniste admite e adota a teoria saussuriana do signo e indica que ela servirá de base à pesquisa do modo semiótico e, em comparação, o domínio semântico: “deve ser reconhecido como separado. Ele precisará de um aparelho novo de conceitos e de definições.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 67). O linguista acrescenta que o signo linguístico não poderia ser estendido ao discurso inteiro, pois isso seria contradizer sua definição como unidade

mínima. Por isso, Benveniste conclui: “[...] é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria *simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua.*” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 67, grifo nosso).

Por fim, o linguista explica que a ultrapassagem será feita por duas vias:

- na análise *intra*linguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo e que será semiótica;
- na análise *trans*linguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma *metassemântica que se constituirá sobre a semântica da enunciação.* Esta será uma semiologia de ‘segunda geração’, cujos instrumentos e o método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral. (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 67, grifo nosso).

Assim, em poucas palavras Benveniste conclui o artigo *Semiologia da língua*, e nos deixa com a prospecção de uma nova constituição da ciência dos signos. Aqui temos vários aspectos aos quais precisamos nos deter para compreender a reflexão de Benveniste e estabelecer, também, os conceitos que conduzem à nossa análise no próximo capítulo.

Em primeiro lugar, quanto à ideia de ultrapassagem proposta por Benveniste, cabe atentarmos às observações feitas por Flores (2013), a fim de evitarmos possíveis equívocos em relação a esse termo. A seção 2.2 de *Introdução à teoria enunciativa de Émile Benveniste* (2013), intitulada *Benveniste ultrapassa Saussure?*, é dedicada a essa questão a partir das reflexões de Benveniste em *A forma e o sentido da linguagem* (1966/1967)⁵⁰ e em *Semiologia da língua* (1969). Flores (2013) propõe a interpretação de que ambos os artigos dialogam em suas perspectivas, mesmo que tenham argumentações particulares, e que nos dois casos há um movimento lógico semelhante: “‘Ir além’ — e ‘ultrapassar’ — pode ter o sentido, na teoria benvenistiana, da *aufhebung* hegeliana, cujo significado é, a um só tempo, *negação, supressão, conservação e suspensão.*” (FLORES, 2013, p. 80). Isso implica que os princípios da semiologia da língua de Benveniste se dão sobre as bases da teoria do signo de Saussure, a fim de “ir além”, mas ir além *com* Saussure.

Em segundo lugar, quanto às vias de *ultrapassagens propostas* por Benveniste, Flores estabelece alguns pontos que requerem atenção, aqui destacamos três deles:

3. A análise *intra*linguística, é uma análise *semântica* que supõe a *semiótica*. [...] a análise *intra*linguística é o que se convencionou chamar de *a teoria da enunciação* de Benveniste;
4. a análise *trans*linguística é a que exige um novo domínio, uma nova disciplina, a *metassemântica*. É algo programático [...]

50 Conforme apresentamos anteriormente, não nos determos às considerações feitas sobre *A forma e o sentido na linguagem*, mas recomendamos a leitura das proposições de Flores (2013) sobre o artigo.

5. a ultrapassagem, as ‘duas vias’, seria uma *semiologia de segunda geração*, diferente da semiologia de ‘primeira geração’, a que se dá com base no signo, a saussuriana. (FLORES, 2013, p. 81).

Vemos, portanto, que a semiologia de primeira geração e a análise intralinguística podem ser entendidas como teorias linguísticas que já estão estabelecidas — a semiologia de Saussure e a teoria enunciativa de Benveniste. Contudo, ainda é preciso continuar a desenvolver a semiologia da língua segundo os caminhos indicados por Émile Benveniste. Mesmo que não seja possível termos certeza de quais seriam as propostas do linguista, nem como seria a continuidade dessa reflexão — por conta dos problemas de saúde que levaram o linguista ao seu falecimento antes que pudesse definir plenamente essa nova semiologia —, ainda assim podemos entrever perspectivas de análise pelas proposições de Benveniste.

Desse modo, compreendemos que a *análise translinguística das obras* parece indicar a possibilidade de um estudo do discurso sobre o discurso. Essa metassemântica, fundada sobre a semântica da enunciação, está para ser criada. Mas sabemos que, no projeto semiológico de Benveniste, ela comporia a semiologia de segunda geração. Por essa razão, em nossa pesquisa, analisamos o discurso de Michel Pastoureau em *Bleu, histoire d'une couleur* (2002), onde o autor mobiliza diferentes referências, diferentes discursos, a fim de compreender como se constrói o simbolismo da cor azul no Ocidente. Veremos com mais detalhes como é feita essa elaboração de sentido no próximo capítulo. Antes disso, passemos para a abordagem dos sistemas não linguísticos das artes nos artigos de Benveniste.

2.4 Os sistemas não linguísticos e a questão da unidade no visual

Nesta seção, nosso enfoque está nas discussões em torno dos sistemas não linguísticos, atentando especialmente para as proposições feitas em relação à pintura e aos exemplos ligados às cores — que, conforme veremos, não são poucos em ambos os artigos que compõem nosso *corpus* textual.

Benveniste começa a abordar os exemplos dos sistemas da arte na segunda parte de *Semiologia da língua*, contudo, ainda na primeira parte, há um questionamento relevante para nossa discussão a seguir: “Os ritos simbólicos, as formas de polidez são sistemas *autônomos*?” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 51, grifo nosso). A noção de autonomia sendo, nesse caso, relacionada à propriedade de um sistema se autointerpretar. E a resposta do linguista para a pergunta vem logo em seguida, ao afirmar que o sentido simbólico desses sistemas só acontece em virtude da relação semiológica que estabelecem com a língua enquanto sistema interpretante. A questão da autonomia dos sistemas nos interessa na medida em que visitamos

o discurso de Pastoureau sobre as cores, no próximo capítulo, e vemos que ele parece estar alinhado ao que é elaborado por Benveniste, a respeito da necessidade da língua para se estabelecer uma relação de interpretância entre dois sistemas de natureza distinta.

Na segunda parte do artigo, o linguista cita os signos da arte pela primeira vez, ao indicar o papel que eles possuem junto aos outros sistemas que constituem as condições da vida intelectual e social. Ao explicar a caracterização de um sistema semiológico (cf. Quadro 3), vimos que Benveniste ([1974] 2006, p. 53) menciona as cores como signos que constituem a relação de oposição cromática binária de um semáforo. Desse modo, entendemos que as cores são signos internos ao sistema, a partir dos quais são formadas as condições semióticas do sistema como um todo, por isso, suas variações têm como consequência a alteração do sistema em si.

Em seguida, as cores são utilizadas para exemplificar o segundo princípio das relações entre sistemas semiológicos. Benveniste menciona não haver nada em comum entre o vermelho presente no sistema de sinalização rodoviária e em uma bandeira tricolor, pois: “O valor de um signo se define somente no sistema que ele integra” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 54). Nesse caso, compreendemos que a cor, além de ser classificada como um signo que determina o funcionamento interno de um sistema, também tem seu valor determinado a partir do sistema ao qual ela se integra. E isso, por sua vez, parece estar profundamente associado ao que é apontado por Michel Pastoureau (2011, p. 77), de que uma cor apenas tem sentido quando associada ou oposta a uma ou mais cores.

Nesse caso, pode-se dizer que ambos tratam da mesma questão utilizando termos distintos, Benveniste emprega a noção saussuriana de *valor* para definir o que Pastoureau chama de *sentido*. Entretanto, acreditamos que a afirmação do linguista, de que o vermelho de um sistema “não tem nada em comum” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 54) com o outro, pode ser muito categórica. Conforme veremos no capítulo 3, apesar do valor das cores estar atrelado ao sistema que elas integram, parece haver algo em comum entre os diferentes sentidos da cor e, isso, aparenta emergir ao evocarmos a cor enquanto signo linguístico, como o “vermelho” ou o “azul”. Retornaremos a essa questão mais adiante no próximo capítulo.

Ao dar continuidade a sua argumentação sobre as diferenças entre as ordens de relações semiológicas, Benveniste afirma que a música, assim como as artes plásticas, não possui uma semiótica própria. No caso da música, para o linguista, por mais que ela fosse composta por unidades organizadas em um sistema de dois eixos, de simultaneidades e de sequências, isso não poderia ser comparado à estrutura complexa da língua e às relações paradigmáticas e sintagmáticas do sistema linguístico. O comentário feito por Benveniste sobre as artes plásticas,

ou artes figurativas, compõe uma parte significativa da argumentação do autor sobre o lugar da língua nas relações entre sistemas de signos.

Assim, ao se questionar sobre o que há em comum no conjunto das artes, Benveniste estende a indagação para a noção de unidade em uma obra de arte. Nesse sentido, vemos que o autor toma uma pintura ou um desenho como um *sistema*, e compara os elementos constituintes de uma obra artística — o traço, as formas e a cor — com as unidades que o compõem, mesmo que ao fim, como vimos, ele se questione se a própria noção de unidade faria sentido na arte. Dessa forma, o linguista enuncia as condições mínimas de comparação entre sistemas de ordens diferentes, e afirma que em um sistema significante há unidades articuladas para produzir sentido. Ao considerar o funcionamento dos sistemas artísticos⁵¹, ele aponta que, apesar do som ser a unidade elementar da música, ele não poderia ser categorizado como um signo, pois não seria dotado de significação. O som, em si, não designaria, ele seria designado pelo arranjo e a composição musical. Nesse sentido, percebemos que, para Benveniste, algo semelhante pode ser aplicado às artes figurativas, e esse é nosso principal ponto de interesse quanto aos sistemas não linguísticos.

Em sua argumentação, Benveniste fala sobre a natureza das cores, a fim de investigar se seriam elas as unidades das artes figurativas. Para isso, em primeiro lugar, o linguista parece estabelecer uma diferença interna à categoria das cores, entre as que são nomeadas — ou seja, inserem-se no sistema de signos da língua — e as que não são, pois: “reconhece-se que elas [as cores] compõem também uma escala na qual os graus principais são identificados por seu nome”. (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 59). Em segundo lugar, Benveniste argumenta que as cores não possuiriam uma significação própria, e que dependeriam inteiramente da composição e do arranjo que o artista faz em uma obra para adquirirem um sentido:

Elas [as cores] são designadas, mas não designam; elas não remetem a nada, não sugerem nada de uma maneira unívoca. O artista as escolhe, amalgama-as, dispõe-nas à vontade sobre a tela [...] O artista cria assim a sua própria semiótica: ele institui suas oposições em traços que ele próprio torna significantes em sua ordem. Ele não recebe então um repertório de signos, reconhecidos como tais, e ele não estabelece um repertório. Este material, a cor, comporta uma variedade ilimitada de nuances graduáveis, nenhuma das quais encontra equivalência com um 'signo' linguístico. (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 59, grifo nosso).

A citação é longa, mas necessária para podermos averiguar as inferências do linguista. Quanto à questão de que “o artista cria a sua própria semiótica”, ela já foi elaborada com primazia por Henri Meschonnic, em seu artigo *Benveniste: sémantique sans sémiotique*

51 Benveniste ([1974] 2006, p. 58) explicita que deixa de lado, nesse ponto, a função estética das obras de arte.

(1997)⁵², por essa razão, não nos ocuparemos em discorrer longamente sobre esse aspecto. Nesse momento, nos detemos principalmente na afirmação de que as cores “não remetem a nada” e que nenhuma das suas nuances equivale ao signo linguístico.

A esse respeito, de fato, nos parece adequado afirmar que, no modo semiótico, o material colorido não remete a nada e não sugere nada de maneira unívoca (cf. seção 1.2). Contudo, a partir do momento em que nomeamos uma cor, ela passa a integrar o sistema de signos da língua e, portanto, parece adquirir um novo estatuto, distinto da sua existência puramente material e perceptível à visão. Por essa razão, anteriormente na seção 1.3, estabelecemos a diferença entre *cor* e *nuance*, e também entre a *cor enquanto matéria* e a *cor como fato social*. Retornaremos à noção da cor como fato social com maior profundidade na análise realizada no próximo capítulo, pois vislumbramos nela a possibilidade de outra dimensão de significação das cores. Essa dimensão, mais complexa e distinta daquela observada por Benveniste no artigo de 1969, também se beneficia das noções de semiologia da língua para ser melhor compreendida e interpretada.

E é justamente a sequência da reflexão de Benveniste que nos autoriza a elaborar essa hipótese. O linguista afirma que artes da figura pertenceriam ao nível da representação, onde traço, cor, movimento se combinariam por necessidades próprias, por isso: “*são sistemas distintos, de uma grande complexidade, em que a definição de signo não se precisará senão com o desenvolvimento de uma semiologia ainda indecisa.* (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 59-60, grifo nosso). Assim, entendemos que cabe a essa nova semiologia, a semiologia da língua, traçar as suas próprias ferramentas de análise dos sistemas artísticos.

Quanto à ideia de que o artista “não recebe um repertório de signos”, ela parece não ser inteiramente adequada. O que seria um “repertório de signos” se não as relações entre sistemas semiológicos transmitidas na e pela cultura na qual o artista está inserido? Tanto os sistemas de signos não linguísticos quanto o sistema linguístico estão relacionados a um determinado contexto sociocultural. Esperamos retornar a essa questão ao final de nossa análise.

Por fim, atentamos para uma última afirmação Benveniste nessa passagem do artigo:

As relações significantes da ‘linguagem’ artística são descobertas NO INTERIOR de uma composição. A arte não é jamais senão uma obra de arte em particular, na qual o artista instaura livremente oposições e valores que ele manipula soberanamente, não tendo nem ‘resposta’ a dar, nem contradição a eliminar, mas somente uma visão a exprimir, segundo critérios, conscientes ou não, de que a composição inteira dá testemunho e torna manifesto. (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 60).

52 Publicado na revista Linx, em uma edição dedicada a Benveniste, intitulada *Émile Benveniste. Vingt ans après*. Recomendamos a leitura completa do artigo aos interessados em compreender com maior profundidade a argumentação de Meschonnic a respeito da afirmação de Benveniste.

Nesse sentido, nos parece que a composição em uma obra de arte é também a manifestação de uma relação semiológica entre os sistemas de signos não linguísticos — como as formas e as cores — e o sistema de signos da língua, em sua dupla significância. Acreditamos que só é possível estabelecer relações internas de sentido em uma obra de arte porque o artista reconhece e compreende os sistemas de signos da vida social. Com base na sua experiência particular enquanto sujeito que vive e experiencia e a cultura na e pela língua como sistema interpretante, o artista é capaz de criar *a sua própria semiótica*.⁵³

Ademais, a ideia de que o artista manipula soberanamente os valores e oposições que apresenta em suas obras também pode ser contestada. Conforme constatamos na seção 1.2, as próprias noções de “o que é a arte” e “o que faz o artista” dependem também do contexto histórico em questão. Nem toda arte é livre para criar suas relações de valores — *arte não é jamais senão uma obra de arte em particular* — mas toda arte parece ser testemunho de um período, de uma cultura, de um sujeito. Assim, passamos para a última seção desse capítulo, onde abordamos as relações entre a língua e a cultura.

2.5 A abertura para a relação entre língua, cor e cultura

A fim de discutirmos as questões relativas à língua e à cultura, para além do que vimos até agora, nos apoiaremos na entrevista de Émile Benveniste concedida ao jornalista, escritor e historiador de arte Pierre Daix. No início da entrevista, Benveniste responde perguntas sobre sua vivência e experiência no campo da linguística nos 40 anos antecedentes, comentando sobre os principais autores e o desenvolvimento do estruturalismo em linguística. No decorrer do diálogo, as questões se encaminham para a discussão sobre o que é o sentido, como ele se organiza e quais as condições para que algo seja tomado como significante.

Nesse ponto, o linguista comenta sobre a existência de classes elementares de sentido que a língua registra. Para exemplificar sua argumentação, Benveniste ([1974] 2006, p. 21) cita o caso das diferentes organizações das cores nas línguas, pois enquanto algumas não teriam “sentido”, outras possuiriam muitos. A partir disso, ele introduz a distinção entre dois domínios de sentido: semiótico e semântico, no qual o signo saussuriano seria a unidade semiótica. Assim, no domínio semiótico, o sentido ocorreria através do reconhecimento de um signo linguístico como pertencente ao sistema de signos de uma língua, pois: “todas as palavras que

⁵³Ou “a sua própria semântica”, segundo Meschonnic (1997).

são encontradas num texto em francês, para quem domina esta língua, têm um sentido. Mas importa pouco que se saiba qual é este sentido [...]” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 21). No domínio semântico, por sua vez, o sentido seria “resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 21) e, por essa razão, segundo Benveniste, seria preciso compreendê-los e distingui-los (2006, p. 22). Desse modo, enquanto o semiótico seria, nas palavras de Daix, um sentido “sem história e sem contexto”, o semântico é, para Benveniste, “a abertura para o mundo” ([1974] 2006, p. 21).

Diante disso, o linguista comenta que esse é um ponto de vista que ainda precisaria ser demonstrado e que esse domínio semântico do sentido não compreenderia apenas a língua, mas também a cultura, uma vez que: “A cultura também é um sistema que distingue o que tem sentido, e o que não tem.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 22). É interessante percebermos que, novamente, para dar continuidade à reflexão, Benveniste recorre às cores para exemplificar noções relativas à cultura. Ele comenta que a cor branca, no Ocidente, é a cor da luz e da juventude e, na China, é a cor do luto, e conclui:

Eis um exemplo de interpretação de sentido no seio de uma cultura; uma articulação entre uma certa cor e um certo comportamento e, finalmente, um valor inerente à vida social. Tudo isso se integra numa rede de diferenças: o branco, o preto não valem na cultura ocidental como na cultura do extremo oriente. Tudo que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistemas de valores. (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 22).

E isso está associado com o que vimos anteriormente sobre as formulações de Benveniste em *Semiologia da língua* (1969), quanto à relação entre sistemas semiológicos. Ele afirma que a própria relação seria de natureza semiótica, pois: “Esta será determinada primeiramente pela ação de um mesmo meio cultural, que de uma maneira ou de outra produz e alimenta todos os sistemas que lhe são próprios.” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 54).

Por fim, Benveniste (2006, p. 25) comenta que resta ainda investigar por que apenas certos elementos recebem sentido no seio de uma cultura, e outros não: “Tratar-se-á de identificar, de decompor depois de classificar os elementos significantes de uma cultura [...]” (BENVENISTE, [1974] 2006, p. 25). Desse modo, consoante ao linguista, entendemos que a cultura é um sistema semiológico de valores e, por isso, é nela que se define quais são as cores que têm sentido e compõem o que poderíamos chamar de *sistema das cores* naquela cultura. Por sua vez, o sentido dessas cores no seio de uma cultura só pode ser compreendido na e pela língua, pois é ela, enquanto sistema interpretante, que estabelece as relações de sentido entre os signos linguísticos e não linguísticos.

Assim, retornamos a uma de nossas questões principais: como a língua interpreta e significa o sistema das cores no seio de uma cultura? Para essa investigação, conforme proposto por Benveniste, necessitamos de uma análise translinguística das obras. E por isso passamos agora para o nosso terceiro e último capítulo, onde focaremos no livro *Bleu, histoire d'une couleur* (2002) para examinar o discurso de Michel Pastoureau sobre a história da cor azul no Ocidente.

3. O DISCURSO SOBRE O AZUL A PARTIR DA SEMIOLOGIA DA LÍNGUA

Para compor a história social da cor azul, a obra *Bleu, histoire d'une couleur* (2002) é dividida em seis momentos: a introdução, intitulada *A cor e o historiador*; o primeiro capítulo sobre a história do azul, nomeado *Uma cor discreta, de suas origens ao séc. XII*; o segundo capítulo, *Uma cor nova, séc. XI - XIV*; o terceiro, *Uma cor moral, séc. XV - XVII*; o quarto, *A cor preferida, séc. XVIII - XX* e, por fim, a conclusão, propondo um questionamento: *O azul hoje: uma cor neutra?*⁵⁴ A própria estrutura do livro revela muito bem o percurso geral de sentido que foi sendo atribuído ao azul. Através dos documentos e das análises de Pastoureau ao longo dos capítulos são apontadas as possíveis razões dessas transformações e os discursos aos quais elas estão relacionadas.

Segundo Pastoureau (2002, p. 160): “No século XX, o azul [...] foi confirmado em seu papel de cor preferida. Essa preferência, mais intelectual ou simbólica do que material, tem raízes antigas.”⁵⁵ O historiador aponta que, mesmo com todas as transformações tecnológicas, econômicas e sociais ocorridas desde a Primeira Guerra, a cor azul continua sendo a mais citada como preferida no Ocidente — particularmente entre os adultos na Europa Ocidental e na América do Norte. É interessante atentar, portanto, o que está incluso na noção de *ocidente* que o autor às vezes emprega para falar do simbolismo da cor azul de maneira geral. Nesse sentido, Pastoureau (2002, p. 164) afirma que, no Ocidente⁵⁶, a preferência pelo azul difere apenas na Espanha e América Latina e, no Oriente, a situação é completamente outra.

Tendo em vista as noções abordadas no capítulo 1, a respeito dos sentidos e discursos sobre a cor, e no capítulo 2 sobre a reflexão semiológica de Émile Benveniste, retornamos ao nosso questionamento principal: como a língua interpreta e significa o sistema das cores? Acreditamos ser possível pensar a questão de interpretância da língua em três dimensões: a primeira é a dimensão do signo linguístico; a segunda é a dimensão intralinguística, e a terceira é a dimensão metassemântica. Agora veremos o que cada uma implica e como podemos compreendê-las a partir do discurso de Pastoureau nos dois primeiros capítulos de *Bleu* (2002).

54 No original : *La couleur et l'historien ; Une couleur discrète, des origines au XIII^e siècle ; Une couleur nouvelle, XI^e — XIV^e ; Une couleur morale, XV^e — XVII^e ; La couleur préférée, XVIII^e — XX^e ; Le bleu aujourd'hui : une couleur neutre ?*.

55 No original: “Au XX^e siècle, le bleu [...] s’est trouvé confirmé dans son rôle de couleur préférée. Cette préférence, plus intellectuelle ou symbolique que matérielle, a des racines anciennes.”.

56 Vale ressaltar que Michel Pastoureau reforça em diversos momentos de seus trabalhos que as proposições elaboradas dizem respeito, principalmente, ao contexto europeu. Dessa forma, ao estender suas considerações para o contexto ocidental, o historiador assinala que se tratam de generalizações e que suas análises não podem ser tomadas como verdades absolutas.

3.1. A dimensão do signo

Referente à instância do signo, ela diz respeito às relações internas do sistema de signos da língua. No caso do discurso de Pastoureau (2002), veremos que isso se apresenta em questões terminológicas relacionadas ao(s) signo(s) da cor *azul*⁵⁷, na ausência e presença de termos para nomear essa cor e, igualmente, nas relações de valor com os outros signos que integram o sistema da língua. Aqui, o principal domínio de sentido é o semiótico e, por isso, conforme vimos em *Semiologia da língua* (1969), Benveniste aponta que a teoria saussuriana do signo linguístico serviria de base para uma pesquisa sobre as cores na dimensão do signo.

Desse modo, retomando o que vimos sobre a preferência da cor azul em pesquisas de opinião no Ocidente, Michel Pastoureau explica que esse é um fato curioso, pois na Antiguidade ocidental a percepção e os sentidos sobre essa cor eram completamente diferentes dos que conhecemos hoje. O historiador comenta que o azul foi uma cor tardiamente fabricada e reproduzida pelo ser humano⁵⁸, em comparação ao vermelho, branco e preto — as cores “de base” de diversas sociedades antigas. Por isso, no caso do azul, segundo Pastoureau (2002, p. 15–16): “[...] sua dimensão simbólica era excessivamente fraca para significar ou transmitir ideias, para despertar emoções ou impressões intensas, para organizar códigos e sistemas, para auxiliar na classificação, associação, oposição ou hierarquização.”⁵⁹.

Segundo o historiador, essa função classificatória é a primeira das funções da cor em uma sociedade, e também está intimamente ligada aos signos da língua. Pastoureau verifica que, ao mesmo tempo que o azul ocupava um lugar discreto entre as atividades humanas, havia também uma dificuldade de nomear essa cor em várias línguas antigas. Inclusive, segundo o historiador, esses dois aspectos, o social e o linguístico, conduziram vários intelectuais do século XIX a se perguntarem “se os homens e mulheres da Antiguidade viam o azul, ou pelo menos se o viam da mesma forma que nós o vemos.”⁶⁰ (PASTOUREAU, 2002, p. 16). Atualmente, sabemos que as razões para isso não estão relacionadas a fatores fisiológicos, mas sim, a questões sociais e culturais.

57 Durante nossa análise, optamos pela tradução em português do termo, *azul*; mas reforçamos que a forma empregada pelo autor no original em francês é *bleu*.

58 Vale ressaltar que Michel Pastoureau afirma que a fabricação de pigmentos da cor azul era conhecida na Ásia, na África e no Oriente Médio há muitos anos antes da Europa, por se tratarem de locais onde crescia uma planta utilizada como matéria colorante, o *indigotier*, um gênero de plantas Indigofera. Portanto, novamente, a generalização das ideias é feita pensando nas sociedades indo-europeias, em especial, na Europa ocidental.

59 No original: “sa dimension symbolique était trop faible pour signifier ou transmettre des idées, pour susciter des émotions ou des impressions fortes, pour organiser des codes et des systèmes, pour aider à classer, à associer, à opposer, à hiérarchiser”.

60 No original: “si les hommes et les femmes de l’Antiquité voyaient le bleu, ou du moins s’ils le voyaient tel que nous le voyons.”.

De acordo com as pesquisas de Pastoureau, tanto em grego quanto em latim, não havia termos de base sólidos e recorrentes para nomear a cor azul, diferentemente do que acontecia com o branco, o vermelho e o preto. O historiador apresenta que, em grego, por exemplo, os termos mais frequentes eram *glaukos* e *kyaneos*, mais seus sentidos eram imprecisos:

Na época homérica, ele [kyaneos] qualifica tanto o azul claro dos olhos quanto o preto de um traje de luto, mas nunca o azul do céu ou o da água do mar. [...] Na época clássica, *kyaneos* denota uma cor escura: o azul escuro, é claro, mas também o violeta, o preto e o marrom. [...] Quanto a *glaukos*, que já existia na época arcaica e que Homero usava frequentemente, ele expressa tanto o verde, tanto o cinza, tanto o azul e, às vezes, até mesmo o amarelo e o marrom.⁶¹ (PASTOUREAU, 2002, p. 27).

Pastoureau (2002, p. 29) indica ainda que, em latim clássico, a instabilidade de termos também favoreceu a introdução de duas palavras novas no léxico, uma advinda das línguas germânicas, *blavus*, e outra do árabe, *azureus*; além de uma grande variação de outras possibilidades de termos — *caeruleus*, *caesius*, *glaucus*, *cyaneus*, *lividus*, *venetus*, *aerius*, *ferreus*. Com isso, o historiador afirma que: “*Através de seus silêncios, hesitações, evoluções, frequências ou raridades*, as palavras — e de forma geral, os elementos do léxico — fornecem ao historiador da cor azul um conjunto de testemunhos de uma importância considerável.”⁶² (PASTOUREAU, 2002, p. 29, grifo nosso).

Nesse sentido, gostaríamos de atentar particularmente ao fato de que Pastoureau não restringe o estudo linguístico das cores unicamente a uma investigação do sistema de signos da língua. O historiador indica o que poderíamos considerar a abertura para uma análise enunciativa, por ser apenas na dimensão do discurso que encontramos os contextos de uso da cor e se torna observável, por exemplo, as noções de silêncio e de hesitação sobre a cor. Por isso, passamos agora para a abordagem intralinguística em *Bleu* (2002).

3.2. A dimensão intralinguística

A instância intralinguística diz respeito à dimensão da semântica da enunciação. No discurso de Michel Pastoureau em *Bleu* (2002), ela se apresenta em questões relativas ao emprego do *azul* nos documentos investigados pelo historiador — seja a partir do uso da cor

61 No original: “À l’époque homérique, il [kyaneos] qualifie aussi bien le bleu clair des yeux que le noir d’un vêtement de deuil, mais jamais le bleu du ciel ni celui de la mer. [...] À l’époque classique, *kyaneos* désigne une couleur sombre: le bleu foncé, certes, mais aussi le violet, le noir et le brun. [...] Quant à *glaukos*, qui existe déjà à l’époque archaïque et dont Homère fait un grand usage, il exprime tantôt le vert, tantôt le gris, tantôt le bleu, parfois même le jaune et le brun.”

62 No original: “Par leurs silences, leurs hésitations, leurs évolutions, leurs fréquences ou leurs raretés, les mots — et d’une manière générale, les faits de lexique — apportent ainsi à l’historien de la couleur bleue un ensemble de témoignages d’une importance considérable.”

azul em uma pintura, seja na presença, ou ausência, dos termos linguísticos para essa cor em receitas de tintureiros ou em textos bíblicos, por exemplo.

Assim, referente ao porquê de ter havido a ascensão do azul e, conseqüentemente, a transformação nas relações entre as cores, Pastoureau (2002, p. 19–20) apresenta que, aliado ao aprimoramento de técnicas de produção, pigmentação e conservação da cor azul⁶³, ocorreu também uma mudança na sua *promoção*. Com a progressiva associação do azul à imagem da Virgem Maria, os pigmentos azuis passaram a ser mais valorizados socialmente e, igualmente, seu simbolismo também começou a se alterar.

Para compreender esse percurso, podemos observar que, em um primeiro momento, Pastoureau (2002, p. 21) disserta sobre as traduções dos textos bíblicos. Nelas, segundo o historiador, os termos de cores variam muito entre as línguas e, em latim medieval, foram inseridos adjetivos de cores em situações onde se utilizavam termos de material, de luz, de densidade ou de qualidade, nas traduções em hebreu, em aramaico e em grego. Pastoureau (2002, p. 22) afirma:

Onde o hebraico diz *rico*, o latim frequentemente traduz como *purpureus* e as línguas vulgares traduzem como *pourpre* [púrpura]. Em francês, alemão e inglês, a palavra *rouge* [vermelho] é amplamente usada para traduzir palavras que no texto grego ou hebraico não se referem a uma ideia de coloração, mas às ideias de riqueza, de força, de prestígio, de beleza ou até mesmo de amor, de morte, de sangue e de fogo.⁶⁴

Com isso, o historiador conclui que “antes de qualquer consideração sobre a simbologia das cores, uma minuciosa investigação heurística e filológica é necessária sempre que o texto das Escrituras é solicitado pelo historiador.”⁶⁵ (PASTOUREAU, 2002, p. 22). Aqui, o autor refere-se ao caso do texto bíblico, porém, compreendemos que essa ponderação diz respeito a todo documento de natureza linguística. Além da filologia, outros campos de estudo linguístico, como a teoria enunciativa⁶⁶ de Benveniste, também podem contribuir para a compreensão do sentido das cores em um texto.

63 Novamente, aqui, o historiador trata do contexto da Europa ocidental. Segundo Pastoureau (2002, p. 20), para os povos do Oriente Médio, da Ásia e da África, a cor azul já era obtida através do índigo, um material colorante feito com folhas de arbustos do gênero *indigofera*.

64 No original: “Là où l’hébreu dit *riche*, le latin traduit souvent par *purpureus* et les langues vulgaires *pourpre*. En français, en allemand, en anglais, le mot *rouge* est abondamment utilisé pour traduire des mots qui dans le texte grec ou hébreu renvoient pas à une idée de coloration mais à des idées de richesse, de force, de prestige, de beauté ou même d’amour, de mort, de sang, de feu.”

65 No original: “Avant donc toute considération sur la symbolique des couleurs, une minutieuse enquête heuristique et philologique s’impose chaque fois que le texte des Écritures est sollicité par l’historien.”

66 No presente trabalho, não discutiremos as questões relativas à teoria enunciativa, contudo, desejamos indicar que há a possibilidade de abertura para análises que considerem a reflexão enunciativa de Benveniste.

Retornando à questão da promoção do azul, em um segundo momento, Pastoureau (2002, p. 38) indica que o azul era completamente ausente das cores litúrgicas utilizadas no culto católico e, também, nos discursos religiosos sobre as cores. Segundo o historiador, esse silêncio surpreendente perdurou até o final do século XII, momento em que “o azul já começou sua 'revolução' através do vitral, do esmalte, da pintura, do tecido e da vestimenta.”⁶⁷ (PASTOUREAU, 2002, p. 40–41). Contudo, a partir do final do século XI, o azul começa a ser usado nas representações do luto de Maria e, em algumas décadas, acaba se tornando uma das cores símbolo da Virgem. Aliado a isso, Pastoureau (2002, p. 49) assinala que a nuance de azul que começou a ser utilizada no culto à Maria passa a ser mais clara e luminosa, deixando os tons sombrios de azul que eram frequentemente empregados nas pinturas e iluminuras.

Por fim, além do culto a Maria, Pastoureau (2002, p. 54–56) também cita outros fatores que contribuíram para a transformação simbólica do azul, como: a adoção da cor azul pelo rei da França, a partir do final do século XII (provavelmente em homenagem à Virgem Maria, protetora do reino e da França e da monarquia capetiana); a progressiva aparição da cor azul na literatura (a presença de figuras do imaginário popular, como personagens mitológicas, de lendas arturianas, de canções de gesto, etc., sendo descritas portando vestimentas e emblemas azuis), e também as criações artísticas (em pinturas, vitrais, iluminuras, entre outros).

Segundo o historiador, uma nova organização social demandava também uma nova organização das cores: “a sociedade ocidental precisa de seis cores básicas (branco, vermelho, preto, azul, verde, amarelo) e combinações mais ricas para reorganizar seus emblemas, códigos de representação e sistemas simbólicos.[...]”⁶⁸ (PASTOUREAU, 2002, p. 76). Pastoureau conclui sua argumentação afirmando que, dessa nova organização, também advém uma nova oposição cromática que permanece até os dias atuais: “Entre as novas combinações, o eixo vermelho-azul rapidamente adquire uma importância considerável, pois permite que o vermelho tenha agora, assim como o branco, um segundo oposto: o azul.”⁶⁹ (PASTOUREAU, 2002, p. 77). Oposição essa que é de grande importância se formos elaborar uma história das cores no contexto brasileiro⁷⁰. Retornaremos a essa questão ao final deste capítulo.

67 No original: “le bleu a déjà commencé sa ‘révolution’ par le vitrail, par l’email, par la peinture, par l’étoffe et le vêtement.”

68 No original: “la société occidentale a besoin de six couleurs de base (blanc, rouge, noir, bleu, vert, jaune) et des combinaisons plus riches pour réorganiser ses emblèmes, ses codes de représentations et ses systèmes symboliques”.

69 No original: “Parmi les combinaisons nouvelles, l’axe rouge-bleu prend rapidement une importance considérable car il permet au rouge d’avoir désormais, comme le blanc, un deuxième contraire: le bleu.”

70 A oposição entre azul e vermelho é particularmente marcante, por exemplo, no caso do Festival de Parintins (AM), com a representação dos bois Garantido (vermelho) e Caprichoso (azul), e no caso dupla Gre-nal (RS), com os times de futebol Grêmio (azul) e Internacional (vermelho).

3.3 A dimensão metassemântica

A instância metassemântica, por sua vez, trata do discurso sobre o discurso da cor: é o que podemos depreender das relações semiológicas por meio de uma análise translinguística das obras. Em *Bleu* (2002), isso se apresenta, por exemplo, nas considerações de Pastoureau sobre a transformação das relações simbólicas do sistema de cores e na comparação entre obras de diferentes domínios — religioso, filosófico, físico, químico, artístico, entre outros.

Nesse sentido de análise, o historiador aponta que, desde os primeiros registros das sociedades indo-europeias, imperava a tríade entre o branco e seus dois contrários: o vermelho e o preto. Michel Pastoureau afirma que “Essas três cores constituem três 'polos' em torno dos quais são organizados, até a Idade Média, todos os códigos sociais e a maioria dos sistemas de representação construídos com base na cor”⁷¹ (PASTOUREAU, 2002, p. 18). O historiador cita o exemplo que, nas sociedades antigas, enquanto o vermelho representava a tintura e até a ideia de cor de maneira geral⁷², o branco representava um tecido não tingido e limpo ou puro e, o preto, um tecido não tingido e sujo ou impuro.

Desse modo, Pastoureau (2002, p. 18) classifica a relação da tríade de cores nas sociedades antigas em dois principais eixos de sentido: entre o branco e o preto — uma relação simbólica de luminosidade (questões em relação à luz, à intensidade e à sua pureza) — e entre o branco e o vermelho — uma relação simbólica de densidade (questões referentes ao material colorante, à sua presença ou ausência, sua riqueza, sua concentração). Por essa razão, o historiador conclui:

Nesse sistema de três polos e dois eixos, não há espaço para o azul; tampouco para o amarelo ou para o verde. *Isso não quer dizer que essas três cores não existam*, de forma alguma. *Elas estão bem presentes na vida material e cotidiana; porém, no plano simbólico e social, elas não desempenham as mesmas funções que as outras três.*⁷³ (PASTOUREAU, 2002, p. 18–19, grifo nosso).

Por essa razão que a promoção do azul durante, principalmente, os séculos XII e XIV teve um papel tão importante na história das cores. Pastoureau (2002, p. 74–75) comenta que essa transformação repercutiu em diferentes domínios sociais, como os fabricantes de

71 No original: “ces trois couleurs constituant trois ‘pôles’ autour desquels, jusqu’en plein Moyen Âge, se sont organisés tous les codes sociaux et la plupart des systèmes de représentation construits sur la couleur.”

72 Michel Pastoureau (2002, p. 18) também apresenta que, durante milênios, a tintura utilizada em tecidos era principalmente vermelha, em suas diversas nuances, e que no vocabulário em latim no período romano, as palavras *coloratus* (*coloré*, colorido) e *ruber* (*rouge*, vermelho) são sinônimos.

73 No original: “Dans ce système à trois pôles et à deux axes, pas de place pour le bleu ; ni du reste pour le jaune ni pour le vert. Cela ne veut pas dire que ces trois couleurs n’existent pas, loin s’en faut. Elles sont bien présentes dans la vie matérielle et quotidienne ; mais sur le plan symbolique et social, elles ne remplissent pas les mêmes fonctions que les trois autres.”

pigmentos e dos tintureiros. Segundo o historiador, as questões químicas e simbólicas são dificilmente dissociáveis umas das outras, por isso não é possível afirmar de maneira unívoca o que veio antes. Michel Pastoureau indica que, mesmo com uma investigação minuciosa, é difícil afirmar se a repentina promoção do azul adveio de um progresso na qualidade de fabricação de pigmentos azuis e, conseqüentemente, propiciou também um maior uso vestimentar da cor, ou se foram as demandas sociais por pigmentos que acompanhassem a nova valorização do azul, que fizeram os tintureiros e artesãos aprimorarem suas técnicas de fabricação dessa cor. O que é certo, de acordo com Pastoureau (2002, p. 75), é que a promoção do azul é a expressão de mudanças importantes de ordem social, dos sistemas de pensamento e dos modos de sensibilidade. E é nesse longo processo, que toca diferentes domínios sociais, que o azul passa a “existir”.

Em vista disso, podemos perceber que há uma diferença necessária, e que precisa ser estabelecida ao desenvolver um estudo sobre o sentido das cores: a presença de uma coloração nos objetos perceptíveis pela visão humana não implica necessariamente na sua existência simbólica. Em outras palavras, para que a cor exista como um fato social e, portanto, seja dotada de sentido, é preciso que, além de poder ser percebida através da visão, a cor matéria seja interpretada pela língua e inserida nos usos e nas relações sociais. Com isso, a cor passa a ser simbolizada através dos signos linguísticos e, por fim, é ao integrar o sistema da língua e ser empregada nos discursos sociais que a cor pode adquirir um sentido geral próprio. E isso depende principalmente de dois fatores: das relações existentes entre a sociedade e o sistema das cores naquela cultura e da interpretância da língua sobre os fatos sociais. E é nesse sentido que propomos pensar a articulação das dimensões semiológicas: a semiologia da língua.

3.4. A articulação das dimensões semiológicas e a semiologia da língua

A partir do estudo realizado no presente trabalho, podemos perceber que as proposições feitas por Pastoureau dialogam profundamente com as de Benveniste. Compreendemos que, para investigar e elaborar a história simbólica das cores, é preciso de uma análise semiológica. E para compreender os sentidos das cores e suas relações semiológicas, é preciso da semiologia da língua. A compreensão dos códigos sociais no seio de uma cultura é sempre elaborada através do discurso, da língua em funcionamento em uma situação enunciativa. Semelhante ao que já apontava Saussure, e que também é elaborado por Benveniste em *Semiologia da língua* (1969): o mito que significa o rito, os códigos que regem os gestos, tudo passa pelo sistema de signos da língua. É o sistema de signos da língua, em sua dupla significância, que possibilita simbolizar os fatos sociais e, assim, apreender deles

os seus sentidos.

Conforme vimos nos capítulos 1 e 2, a cor enquanto fato social é uma visão mais geral, socialmente compartilhada em determinada cultura e pode ser entendida como a simbologia de uma cor na sociedade em questão. Pastoureau comenta, ao final do livro, que atualmente uma das características principais do azul nas sociedades ocidentais é seu aspecto “calmo, pacífico, distante, quase neutro. [...] O azul não agride, não transgride nada; ele assegura e reúne.”⁷⁴ (PASTOUREAU, 2002, p. 169). Isso compõe parte do seu simbolismo na cultura ocidental, é a cor enquanto fato social. O que não é necessariamente o mesmo sentido da cor enquanto matéria. O azul presente na composição de um sistema particular, como em uma obra de arte ou no código de trânsito, pode propor diferentes relações de sentido a partir do outros elementos que integram esse sistema. Entretanto, todos esses sentidos particulares participam da construção de sentido entre o sistema de cores daquela sociedade e os fatos da cultura.

Por fim, no discurso de Pastoureau em *Bleu* (2002), podemos perceber que é a partir da cor como fato social, no domínio da cultura, que se criam as relações de sentido da cor enquanto matéria. Do mesmo modo, os usos das cores em sistemas particulares também contribui para o sentido geral no seio de uma cultura. Os usos sociais das cores atualizam o discurso e se atualizam nele; tudo isso, através da língua em funcionamento. Por isso, a partir da análise desenvolvida na presente pesquisa, concluímos ser pela articulação das três dimensões — do signo, intralinguística e metassemântica — que há uma possibilidade de pensar a semiologia da língua de Émile Benveniste. Articulação essa que será sempre particular, por dever ser consideradas sempre em um contexto cultural.

3.5. Para pensar o sentido das cores: perspectivas para análises futuras

Ao final do primeiro capítulo, Michel Pastoureau (2002, p. 19) conclui que, para o historiador, o problema central será o de compreender por que, entre a metade do século XII e do século XIII, o esquema de tríade entre branco, vermelho e preto tem seu fim, e dá lugar a novas combinações de cores, com seis cores de base e cinco cores de segundo plano. Nesse sentido, acreditamos que para o linguista caberá não o problema de por que, mas de como isso acontece. Entendemos, a partir do que propõe Benveniste, que cabe a trabalhos futuros investigar quais são e como ocorrem as relações semiológicas entre a língua e os sistemas de signos no seio de uma cultura particular.

Pastoureau comenta, na introdução de *Bleu* (2002, p. 10–11), que a história das cores não se reduz à história da pintura, seus domínios são muito mais vastos. Por isso, o autor

⁷⁴ No original: “calme, pacifique, lointain, presque neutre. [...] Le bleu n’agresse pas, il ne transgresse rien ; il sécurise et rassemble.”

estabelece duas questões importantes para o estudo das cores: a primeira é que cabe ao historiador tentar definir quais podem ter sido os componentes do universo das cores em uma sociedade e, para isso, são necessários estudos sobre o léxico, a química dos pigmentos, os sistemas vestimentares e seus códigos, o lugar da cor na vida cotidiana, as regras e moralizações, entre outros âmbitos, cada qual com suas próprias questões multiformes. A segunda diz respeito à necessidade de realização de um estudo diacrônico em uma cultura específica. Nesse caso, para ele, o historiador deve observar quais foram os códigos e sistemas, as mutações, desaparecimentos, inovações e fusões que ocorreram nessa cultura e se interrogar como eles se sucederam ao longo do tempo. E, para isso, compreendemos que se faz necessária a articulação dos três domínios da semiologia da língua, por ser a partir do signo, dos discursos e da análise translinguística das obras que podemos compreender como ocorrem as relações de sentidos das cores em uma cultura.

Por isso, ao retomarmos a questão do início de nosso capítulo 3, quanto à preferência da cor azul no Ocidente, é necessário observar que as respostas variam entre países. As preferências cromáticas estão intrinsecamente relacionadas a outras características sociais e culturais, como faixas etárias, times de futebol, influências religiosas, movimentos artísticos, entre outros. Além disso, as cores podem ser interpretadas diferentemente dentro de cada cultura. Isso diz respeito não apenas à percepção mais apurada de algumas cores como também às qualidades das cores, valorizando distinções entre cores brilhantes e opacas, por exemplo⁷⁵. Cada sociedade, através de sua língua e percepção de mundo, constrói suas próprias associações de sentido para as cores.

Por essa razão, para elaborar uma história das cores no Brasil, seria necessário considerarmos a nossa história cultural em particular: as disputas sociais e de poder envolvidas, os interesses econômicos, as práticas religiosas, os problemas ligados às matérias-primas e à fabricação de pigmentos e, é claro, entre outras tantas abordagens possíveis, também é preciso atentar ao papel da arte, dos artistas e dos teóricos da arte. Essa é uma das vias possíveis para se compor a simbologia do azul ou de qualquer outra cor em nosso contexto cultural. Conforme constatamos em nossa pesquisa, as relações entre as cores, a língua e os fatos sociais nunca serão exatamente as mesmas em diferentes sociedades e em diferentes períodos históricos. E, por fim, percebemos que a língua contém registros dessa história cultural, seja na presença e ausência do léxico, seja nos discursos vinculados através da língua, na literatura, na história da arte, na física e em todos os domínios dos fatos humanos.

⁷⁵ Ao final do quarto capítulo de *Bleu* (2002, p. 166), Pastoureau discorre sobre essas questões de percepção e qualidade das cores. O autor propõe uma reflexão sobre a necessidade de pensar cada cultura dentro dos seus próprios parâmetros, respeitando suas relações internas de simbolismo e sentido das cores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, nosso objetivo era compreender semiologicamente como a língua significa o sistema das cores. Para isso, abordamos, primeiramente, o que é a cor, quais as suas perspectivas de estudo e quais os discursos nos quais as cores se inserem em uma cultura. Partimos da hipótese de que os sentidos das cores advêm das relações entre sistemas semiológicos, tendo a língua como sistema interpretante. Estabelecemos, também, noções metodológicas importantes, como a distinção entre cor e nuance e cor enquanto matéria e a cor como fato social.

Discutimos também, no segundo momento, a reflexão semiológica de Benveniste e sobre os textos nos quais o linguista desenvolve, entre outros temas, a distinção entre semiótico e semântico. Esses dois modos de significação da língua são essenciais para compreender que a língua é o único sistema de signos capaz de interpretar a si mesmo e aos outros sistemas semiológicos. E dessa propriedade resultam três tipos de relações entre a língua e os outros sistemas no seio de uma cultura, dentre as quais nos interessa particularmente a relação de interpretância, responsável pela significação dos sistemas não linguísticos.

Além disso, tendo os textos *Estruturalismo e linguística* (1968) e *Semiologia da língua* (1969), como *corpus* textual da reflexão de Émile Benveniste, e *Bleu, histoire d'une couleur* (2002), de Michel Pastoureau, como base para nossa análise semiológica, constatamos que é possível propor que a relação entre a língua e o sistema das cores ocorre por três dimensões: a dimensão do signo linguístico, a dimensão intralinguística e a dimensão translinguística, sendo a articulação delas uma via para pensarmos a semiologia da língua.

Referente às considerações sobre as cores feitas por Benveniste nos textos que compõem nosso *corpus*, percebemos que, ao distinguir cor enquanto matéria e cor como fato social, há uma mudança no que o linguista chama de *domínio da validade*. No caso da cor matéria, o domínio é particular (o sistema de trânsito de um país, uma determinada pintura, um logotipo, etc.), no da cor como fato social, o domínio é cultural. Quanto às características de um sistema semiológico propostas por Benveniste, observamos que o *modo operatório* da cor é exclusivamente visual e ele pode estar presente em diferentes domínios de validade. A *natureza e o número*, por sua vez, podem variar em função da cultura; mas, de modo geral no contexto ocidental contemporâneo, conforme visto em Pastoureau (2002), as cores como fato social compõem um sistema de seis cores de base — azul, vermelho, branco, preto, amarelo, verde — e cinco cores de segundo plano — rosa, violeta, marrom, cinza e laranja. Por fim, o *tipo de funcionamento* desse sistema das cores depende das relações de sentido entre os

sistemas semiológicos na sociedade em questão.

Concluimos, portanto, que para elaborar a história social de uma cor, é necessário um trabalho complexo e transdisciplinar. Para depreender o sentido da cor matéria, precisamos de um estudo específico — se objetivamos estudar a produção dos pigmentos de uma cor, por exemplo, é preciso um estudo químico, com suas próprias ferramentas e metodologias de análise; assim como ocorre no estudo do sentido da cor em obras de arte, através das noções da história da arte, entre outros domínios. Mas, se vamos estudar a cor como fato social, precisamos da semiologia da língua para articular as três dimensões: a dos signos, pela teoria saussuriana; a intralinguística, pela semântica da enunciação, e a translinguística, pela metassemântica.

Nesse sentido, ainda há muito trabalho a ser feito. Consideramos que será necessário investigar, em pesquisas futuras, qual o alcance dessa análise pela semiologia da língua. Podemos abordar questões como: quais são as relações semiológicas entre a língua e a cultura? Qual é o sistema das cores como fato social no contexto do Brasil? E da América Latina? Quais os aspectos em comum e o que se diferencia entre os sistemas de diferentes culturas? Quais as implicações das relações semiológicas entre língua e cultura na construção da história simbólica de uma sociedade? Ainda, podemos inclusive pensar questões relativas ao papel da subjetividade na elaboração individual do sentido das cores para o sujeito. Tudo isso, pois, conforme vimos, a língua tem um papel fundamental não apenas na elaboração dos sentidos das cores, como também na transmissão de valores simbólicos em uma cultura.

Por fim, defendemos que não se trata de olhar as cores apenas dentro da língua ou das artes, mas de observar as suas propriedades e características no conjunto dos fatos sociais. Assim, veremos qual o papel da língua nessa construção de sentido e poderemos compreender como são estabelecidas as relações semiológicas entre o sistema das cores, da língua e da cultura. As cores são, antes de tudo, fatos sociais e, por isso, necessitam do sistema da língua para interpretar as relações semiológicas e estabelecer seus sentidos em uma cultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. DE .; CARIJÓ, F. H.; KASTRUP, V. *Por uma estética tátil: sobre a adaptação de obras de artes plásticas para deficientes visuais*. Fractal: Revista de Psicologia, v. 22, n. 1, p. 85–100, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/fmdC9P6tky6fMNwHKML9p5C/#ModalHowcite>. Acesso em: 11/04/23

AZUL. In.: HOUAISS, Dicionário online de língua portuguesa. 2023. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#1. Acesso em: 12/04/23.

BLEU. In.: LAROUSSE, Dictionnaire de français. 2023. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/bleu/9836>. Acesso em: 12/04/2023.

BENVENISTE, Émile. *Semiologia da língua* In.: Problemas de linguística geral II. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006

BENVENISTE, Émile. *Estruturalismo e linguística* In.: Problemas de linguística geral II. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006

BENVENISTE, Émile. *A forma e o sentido na linguagem* In.: Problemas de linguística geral II. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Éditions In Presse, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

GEORGES, Didi-Huberman. [S.I., s.n.], 2018. 1 vídeo (1h). Publicado pelo canal TV UNAM. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m4hLqgrxXdg&t=629s&ab_channel=TVUNAM. Acesso em: 25/05/23.

GUIMARÃES, Luciano. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. 3. ed. Pinheiros, SP: Annablume. 2004

KIM, Judy Sein; AHEIMER, Brianna; MONTANÉ MANRARA, Verónica, *et al. Shared understanding of color among sighted and blind adults*. Proceedings of the National Academy of Sciences, vol. 118, no 33. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34385310/>. Acesso em: 20/04/23.

LICHTENSTEIN, Jacqueline. *A cor eloquente*. São Paulo: Siciliano, 1994.

LICHTENSTEIN, Jacqueline. *O desenho e a cor*, In.: *A pintura, textos essenciais*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

MESCHONNIC, Henri. *Benveniste: sémantique sans sémiotique*. Linx. Revue des linguistes de l'université Paris X Nanterre, no 9, p. 307-326, 1997. Disponível em: <https://journals.openedition.org/linx/1075>. Acesso em: 13/05/23

PASTOUREAU, Michel. *Bleu, histoire d'une couleur*. 2. ed. Paris: Éditions du Seuil, 2002

PASTOUREAU, Michel. *Une histoire des couleurs est-elle possible?*. *Ethnologie française*, nouvelle série, T. 20, No. 4, Paradoxes de la couleur, p. 368–377, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40989376>. Acesso em: 16/06/2023

PASTOUREAU, Michel. *Vers une histoire des couleurs : possibilités et limites* In : Dix ans d'histoire culturelle. Villeurbanne: Presses de l'Enssib, 2011. Disponível em: <http://books.openedition.org/pressesenssib/1009>. Acesso em: 16/06/2023

PASTOUREAU, Michel. *Une couleur ne vient jamais seule : Journal Chromatique 2012-2016*. 1. ed.. Paris: Éditions du Seuil, 2017.

ROSÁRIO, Heloisa Monteiro. *Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183004>. Acesso em: 20/06/2023.

SANTOS, Luís Miguel Moiteiro Marques dos. *O valor semiótico da cor no ensino de português como língua estrangeira*. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/27256>. Acesso em: 06/05/23

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarques sur les couleurs: Bemerkungen über die Farben*. [S.I.] 1983.